

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC-SP

Adalberto Oliveira da Silva

A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA: O “DESENVOLVIMENTO DO
SUBDESENVOLVIMENTO” À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

São Paulo

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC-SP

Adalberto Oliveira da Silva

A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA: O “DESENVOLVIMENTO DO
SUBDESENVOLVIMENTO” À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em ECONOMIA POLÍTICA, sob a orientação da Prof^a. Dra. Laura Valladão de Mattos.

São Paulo

2011

ERRATA

- Na página 43 parte do texto foi suprimido no momento de sua formatação, o segundo parágrafo continua com estas palavras:

(...) teórico no que se refere à caracterização desta fase do desenvolvimento capitalista. Assim, a partir deste breve resgate, teremos as bases onde se assentam a interpretação do imperialismo no interior da teoria da dependência e seu papel condicionante com referência ao capitalismo dependente.

Banca Examinadora

Ao povo latino-americano.

À memória de minha avó Maria José da Silva.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Laura, minha orientadora, pela paciência irrestrita, pelo apelo, comprometimento, generosidade e que devotou durante toda a orientação com suas precisas observações ao longo da redação deste trabalho. Fica aqui minha gratidão em forma de enorme admiração e respeito. Espero que nos tornemos bons amigos a partir daqui.

Agradeço ao Programa de Bolsas da CAPES, cujo financiamento foi de fundamental importância para a realização deste trabalho e para o aproveitamento das disciplinas de forma satisfatória ao longo do curso de pós-graduação.

Agradeço aos professores João Machado e Antonio Moraes pelos importantes comentários na ocasião da minha banca de qualificação.

Agradeço a Prof^a. Rosa Maria Marques, por contribuir para a minha formação crítica, incentivando meus estudos através de seu núcleo de pesquisa, que felizmente tive a oportunidade de participar e espero continuar contribuindo, assim, continuando a desfrutar de sua amizade, energia e pró-atividade características.

A todos os professores da pós-graduação em Economia da PUC-SP, sem exceção, que proporcionam um espaço de intensa reflexão e debate crítico, em razão da pluralidade no trato da teoria econômica, que enriqueceu o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Agradeço particularmente aos professores Júlio Pires, Anita Kon, Carlos Eduardo, Paulo Baia e Patrícia.

A todos os funcionários da pós-graduação da PUC-SP, especialmente a querida Sônia, pelo auxílio nos assuntos burocráticos, sempre muito solícita e disponível na secretaria do programa de Economia, contribuindo diretamente para o êxito dos alunos que passam pelo mestrado.

A todos os colegas do mestrado, em especial, Camila Ugino, Marcelo Depieri, Patrick Andrade e Rennan Moy, amigos que levarei para sempre em minha vida, espero sempre contar com as conversas e o apoio que sempre tive de vocês, seja nos assuntos acadêmicos, seja na forma de viver intensamente a vida.

Agradeço a todos os amigos que fiz na graduação da Unicamp que continuam tendo importância crucial na minha vida, Anna Lígia, Natacha Leal, Henrique Braga, Henrique Biscolla, Renato Janke, Edmar Valério, Felipe Ardito, Lívia Martini, Marisa, Renato Couto, Ricardo Romano, Paulo Ducati, Gabriel Souza, Gabriel Arantes, Vinícius Bisogni, Thais Daher, Felipe Francisco, Leandrão, Miguel Henriques (a quem agradeço, para além da amizade – e até mesmo por conta dela – pela ajuda ao longo da graduação e por conhecer a sua família que sempre me acolheu como minha). Vocês todos são o que eu tenho de melhor, os melhores amigos que eu poderia desejar.

Aos meus pais, José Carlos e Cícera; pai, obrigado pelo amor que sempre me devotou, pelas conversas e conselhos, pelo suporte imprescindível que sempre me deu quando precisei; mãe, não tenho palavras para expressar o quanto você é importante na minha, pois, se cheguei até aqui foi por você e para você. Obrigado por ser a minha grande amiga, por tudo que me ensinou na vida, pelos exemplos de perseverança e entrega que nortearam a pessoa na qual me transformei e pelo carinho que sempre teve comigo.

Aos meus irmãos Adailton e Helena, que mesmo pela falta de proximidade os tenho como grandes amigos e espero que estreitemos nossos laços daqui para frente. A minha sobrinha Maria Eduarda, que traz a alegria para a nossa família e me faz retornar ao tempo em que era criança.

Finalmente, agradeço a Roberto, Jonas, Bruno, Felipe Fidélis, Murilo Salla e Alexandre meus companheiros de república, pelo apoio e amizade imprescindíveis, pelo companheirismo nos momentos finais e cruciais da execução deste trabalho e mesmo nos desdobramentos que tiveram a partir dele. De forma direta ou indireta, suas interferências foram providenciais neste momento da minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de recuperar as contribuições da teoria marxista da dependência, na década de 1960 e 1970, para a compreensão da dinâmica do capitalismo periférico latino-americano. Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, como os principais autores desta vertente dos estudos da dependência, buscam na análise das contradições do sistema capitalista a explicação para a condição dependente dos países da América Latina. Assim, a dependência seria entendida como uma situação de condicionamento dada pelo desenvolvimento das economias centrais devido ao subdesenvolvimento das economias periféricas. Tal fato decorre da transferência de valores produzidos na periferia em direção as economias centrais, o que levaria no interior das economias dependentes a formação de “deformações”, tanto em seu processo produtivo quanto no ciclo do capital que apresenta. Tomando como foco a inserção econômica da região podem-se evidenciar as razões da condição de dependência no movimento da acumulação capitalista na América Latina, ressaltando neste processo os elementos pertinentes a sua caracterização e as bases para o exame da situação de dependência em suas diversas manifestações. Assim, além da apresentação desta teorização, serão evidenciadas as ondas críticas que buscaram refutar as explicações construídas pela vertente marxista da teoria da dependência e, ao mesmo tempo, acompanhadas por suas réplicas, gerando um debate que enriqueceu a dialética da dependência e as conclusões a que chega sobre as alternativas de desenvolvimento para os países da América Latina.

Palavras-chave: Dependência, Teoria marxista da dependência, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Imperialismo, Superexploração do trabalho, América Latina.

ABSTRACT

This work aims to recover the contributions of Marxist theory of dependence in the 1960s and 1970s in order to understand the dynamics of peripheral capitalism in Latin America. Ruy Mauro Marini and Theotonio dos Santos, as the main authors of this line of studies of dependence, seek in the analysis of the contradictions of the capitalist system the explanation for the dependent status of Latin American countries. Thus, the dependence would be seen as a conditioning situation attributed to the development of the central economies due to the underdevelopment of peripheral economies. This is due to the transfer of values produced in the periphery toward the center economies, which would lead within the economies dependent on the formation of "deformations", both in its production process and the cycle of capital that it presents. Focussing on the region's economic integration can be evidenced the reasons for the condition of dependence on the movement of capital accumulation in Latin America, highlighting the relevant factors in this case the characterization and the basis for examining the state of dependence in its various manifestations . Thus, besides the presentation of this theory, the waves of criticism will that sought to refute the explanations constructed by Marxist dependency theory be highlighted and at the same time, accompanied by their replies, generating a debate that has enriches the dialectics of dependence and the conclusions moving towards the development alternatives for the countries of Latin America.

Key words: Dependence, Marxist Theory of dependence, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Imperialism, labor superexplotation, Latin America.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
1. O CAPITALISMO DEPENDENTE NA ANÁLISE DIALÉTICA DE RUI MAURO MARINI.....	13
1.1 O intercâmbio desigual e a “fuga” do excedente nas economias dependentes	17
1.2 A superexploração do trabalho como instrumento de compensação.....	23
1.3 O ciclo do capital no capitalismo dependente: a cisão da produção e circulação de mercadorias.....	28
2. A TEORIA MARXISTA DO IMPERIALISMO E A DEPENDÊNCIA.....	41
2.1 A teoria do imperialismo e os estudos da dependência	42
2.2 Imperialismo: a fase monopolista do capitalismo	43
2.3 O Imperialismo Contemporâneo em Theotônio dos Santos.....	48
3. DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: O DEBATE EM TORNO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	61
3.1 A dependência e o desenvolvimento para o “marxismo tradicional” e a corrente weberiana da teoria da dependência.....	62
3.1.1 O “marxismo tradicional” na América Latina.....	62
3.1.2 A teoria weberiana da teoria da dependência	65
3.2 As críticas à teoria marxista da dependência marxista e suas réplicas.....	68
3.2.1 O debate com o “marxismo tradicional”: as críticas de Agustín Cueva.....	69
3.2.2 A réplica de Marini e Bambirra ao “marxismo tradicional”	72
3.2.3 A ofensiva do “neodesenvolvimentismo” sobre a teoria marxista da dependência e a resposta de Marini.	77
3.2.3.1 As desventuras de Fernando H. Cardoso e José Serra.....	79
3.2.3.2 A réplica de Marini as desventuras de F. H. Cardoso e J. Serra	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

INTRODUÇÃO

A emergência dos estudos sobre a dependência entre os intelectuais latino-americanos ganhou força na década de 1960 e, assim, inaugurou um novo paradigma teórico. A partir dele buscava-se a construção de uma explicação sobre a condição de subdesenvolvimento da América Latina e das especificidades de seu capitalismo, como forma de superar a interpretação realizada pela corrente estruturalista da CEPAL¹.

Deste modo, consistia num movimento crítico ao projeto desenvolvimentista defendido pelos estruturalistas, que através do processo de industrialização por substituição de importações pretendia “alcançar” o desenvolvimento obtido pelos países centrais². Esta onda crítica tinha origem na constatação de um relativo “fracasso” deste projeto, devido ao seu insucesso quanto à eliminação do subdesenvolvimento e das mazelas sociais nos países latino-americanos.

Essas constatações colocaram em xeque as análises da teoria cepalina, ou seja, a sua pertinência para a caracterização da situação de subdesenvolvimento na região, sendo o motor das críticas internas e externas ao pensamento estruturalista. Neste novo esforço teórico encontravam-se distintas correntes de pensamento, em razão das filiações teóricas de seus autores, que nutriam em comum a concepção do subdesenvolvimento como um produto do desenvolvimento capitalista mundial, assim, representando uma forma específica de capitalismo, por apresentar uma dinâmica própria.

Neste universo teórico, destaca-se a abordagem da Teoria Marxista da Dependência, corrente que se utiliza da interpretação marxiana quanto à lógica do modo de produção capitalista, ou seja, através do método dialético emprega as categorias e conceitos pertinentes à descrição do capitalismo nos países dependentes. Sua interpretação sobre a dependência e o

¹ A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi constituída em 1948, por uma decisão das Nações Unidas. Desenvolveu-se como uma escola de pensamento tendo como preocupação o exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo nos países latino-americanos, para assim propor políticas aos países da região para combater o subdesenvolvimento e as injustiças sociais. Em seus quadros estavam intelectuais latino-americanos, dentre eles, Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, entre outros. Para maiores detalhes sobre a Cepal e sua trajetória ver a coletânea organizada por Bielschowsky (2000).

² Nos anos de 1950, o pensamento estruturalista da Cepal baseado em sua teoria do subdesenvolvimento, faria uma grande defesa do processo de industrialização na América Latina. Esta política foi colocada em prática sobretudo no Brasil, México e Argentina e, em parte, no Chile e na Colômbia, isto mediante a ação dos *policy-makers* destes países. Como aponta Bielschowsky (2000, v.1, p.25), os teóricos cepalinos: “[...] com diferentes conceitos e maneiras de formular a questão, todos colocavam a mesma mensagem central, a necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza”.

imperialismo – constituindo um par dialético – procura formular a base para os estudos da dependência e de seus desenvolvimentos posteriores, em consonância com as mudanças no capitalismo mundial.

Formulada por autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra³, esta corrente propõe-se a descrever a essência da reprodução capitalista na região, ao ressaltar na dinâmica e estrutura global do capitalismo latino-americano as suas especificidades em relação ao capitalismo central, devido o seu caráter dependente e subordinado. Ao mesmo tempo, representa um instrumento para a compreensão do tipo de desenvolvimento possível para as sociedades dependentes, pois, busca evidenciar as contradições agudas do sistema capitalista em geral.

Tal caracterização do fenômeno da dependência, no início da década de 1960, está inscrito no contexto de dois processos históricos que marcaram a América Latina: a Revolução Cubana (1959) e o processo de industrialização das economias latino-americanas. O caso cubano foi importante por representar uma contestação ao sistema capitalista e, ao mesmo tempo, abriu um novo horizonte para o pensamento marxista latino-americano⁴. Já o processo de industrialização em curso, na visão dos autores, deixava explícito que este caminho não resolvia as contradições sociais existentes na região, pois evidenciava uma intensificação destas contradições.

Logo, uma das suas preocupações era avançar em relação às concepções tradicionais a respeito do subdesenvolvimento, que tratavam este termo como equivalente a uma situação de ausência de desenvolvimento. Para Marini, a aceitação desta premissa pela linha tradicional de análise e ancorada em um conjunto de indicadores (econômicos e sociais), fazia com que o resultado não fosse só descritivo, mas também tautológico, pois, as insuficiências evidenciadas nos indicadores selecionados caracterizariam a situação de subdesenvolvimento, ou seja, um país ou região seria subdesenvolvido quando tivesse indicadores, dentro de uma escala determinada, que evidenciassem tal condição.

³ Estes autores brasileiros eram pesquisadores no Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), e foram levados a esta condição em razão da ditadura militar brasileira, portanto, na condição de exilados políticos. Além do trabalho intelectual, eram personagens ativos na militância política da esquerda revolucionária, como a POLOP (Política Operária) no Brasil e o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) no Chile.

⁴ O movimento denominado de “nova esquerda”, que surgiu no período, buscava resgatar a corrente marxista-leninista de interpretação sobre o caráter histórico do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, sendo elaborada para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas na região, coordenados pelo partido comunista soviético e impregnados pelo seu marxismo revisionista caracterizado pela aplicação mecânica do materialismo histórico. Esse movimento ocorreu, principalmente, no Brasil, Cuba, Venezuela e Peru.

Marini⁵ aparece como o principal pensador da corrente marxista da dependência devido ao seu grande rigor metodológico e de seus resultados teóricos, contribuindo de forma admirável para o estabelecimento das bases de uma economia política da dependência e de uma teoria marxista da dependência. Ao longo de sua reflexão busca o entendimento dos mecanismos internos e externos próprios da relação de dependência, no decorrer do processo histórico latino-americano e, para isso, realiza a construção de um esquema global de interpretação das especificidades do capitalismo dependente, com base na identificação das leis de movimento que lhe são próprias.

À luz do exposto, o objetivo desta dissertação será o de apresentar as principais contribuições da teoria marxista da dependência, para o estudo do capitalismo dependente latino-americano, utilizando-se do materialismo histórico e dialético. Esta corrente fornece os elementos para a discussão das situações de dominação próprias do regime de produção capitalista, da condição de subdesenvolvimento, das condições de trabalho, de apropriação e distribuição do excedente nas economias da América Latina.

Por isso, utilizaremos a interpretação sobre a dependência e o imperialismo, propiciada por esta vertente teórica, formulada por Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Como principais autores desta análise dialética do funcionamento do capitalismo periférico, através de seus trabalhos construíram as bases para a compreensão das razões para a (re)criação da dependência na América Latina.

Para tanto, no primeiro capítulo da presente dissertação será exposta a análise realizada por Rui Mauro Marini, com destaque para a sua *Dialética da dependência* (1973), no qual aborda a evolução do modo de produção capitalista na região, identificando categorias com base no método dialético, com o intuito de caracterizar as “deformações” da reprodução do capitalismo dependente. A exposição se centrará na discussão do conceito de intercâmbio desigual, da categoria da superexploração do trabalho e do ciclo do capital do capitalismo dependente.

⁵ Ruy Mauro Marini (1932-1997) pode ser considerado um dos intelectuais marxistas mais importantes da América Latina da segunda metade do séc. XX. Como explicitado anteriormente, além de intelectual foi militante, preso, torturado e exilado durante a ditadura militar no Brasil. Viveu no Chile e México, onde militou e lecionou na Universidade Nacional do México (UNAM) até o seu retorno ao Brasil após a anistia. Faleceu em Brasília, em 1997. Seu pensamento é influenciado por Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo, além de outros autores de sua época preocupados com a situação da América Latina, dentre eles, destaca-se André Gunder Frank. Por ter desenvolvido grande parte de seu trabalho teórico no Chile e México, seus escritos no Brasil tiveram pouca circulação acadêmica, embora a sua distribuição clandestina fosse freqüente nos movimentos de esquerda -, diferentemente do ocorrido nos demais países da América Latina e também nos Estados Unidos e Europa onde teve maior repercussão e influência.

O conceito de intercâmbio desigual, explicaria o papel que a periferia latino-americana desempenha no mercado mundial na circulação de mercadorias e os condicionantes de sua dinâmica de produção. A categoria da superexploração do trabalho - principal pilar da dependência – representaria o instrumento de compensação frente à situação de intercâmbio desigual e a forma de garantir a dinâmica de acumulação interna dos países da região. E, finalmente, no exame da circulação de mercadorias, agora no âmbito do mercado interno, destaca-se a ocorrência de um particular ciclo do capital determinado pelo caráter que assume o processo de produção pautado numa superexploração do trabalho.

No segundo capítulo será analisado o fenômeno do imperialismo, no interior da teoria marxista da dependência, como decorrência do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, buscando os elementos que funcionam como condicionantes dos processos internos de produção nas economias latino-americanas e que propiciam a vigência da dependência. Através da caracterização do imperialismo contemporâneo, Theotônio dos Santos resgata as contribuições da teoria marxista do imperialismo e, assim, apresenta uma interpretação do sistema mundial sobre a hegemonia americana, no pós-guerra, destacando o papel que as empresas multinacionais preenchem nesta nova fase do desenvolvimento capitalista e suas articulações com o capitalismo periférico.

E finalmente, no terceiro capítulo será feita uma discussão sobre dependência e desenvolvimento, com o intuito de explicitar as críticas mais relevantes contra a vertente marxista da dependência, oriundas do “marxismo tradicional” de Agustín Cueva e da corrente weberiana da teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto e José Serra. Estes críticos buscavam refutar as contribuições teóricas da teoria marxista da dependência, ou seja, questionavam o papel atribuído o conceito de dependência, a pertinência dos conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo e, por último, a estratégia de desenvolvimento possível para a América Latina. Ao mesmo tempo, será apresentada a réplica dos autores da vertente marxista da dependência com o intuito de corrigir os equívocos e explicitar as debilidades das referidas críticas, para assim deixar mais claros os conceitos e conclusões que explicitaram em seus trabalhos seminais.

Por fim, serão apresentadas na última seção do trabalho algumas considerações a respeito da atualidade da teoria marxista da dependência e dos esforços para a sua atualização, no início do século XXI, num contexto de vigência do ideário neoliberal e de proeminência do capital financeiro (ou fictício) no movimento do capitalismo em geral, que representaria uma nova fase de dependência dos países latino-americanos em relação aos países centrais.

CAPÍTULO 1

O CAPITALISMO DEPENDENTE NA ANÁLISE DIALÉTICA DE RUI MAURO MARINI

Para uma análise da dependência na América Latina, Marini (2005, p.138) ressalta que no conjunto de seus países apresentam economias com certas peculiaridades, “que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações”.

Marini buscou formalizar o que denominou de “deformações” na reprodução deste capitalismo dependente apontando a importância do método marxista para a explicação das leis capitalistas no ambiente dependente, através da aplicação das categorias e conceitos marxistas à realidade como instrumentos de análise e de antecipações dos desenvolvimentos posteriores, logo, perseguindo a essência de seu movimento.

Aqui cabe a advertência contra as aplicações mecanicistas do método dialético, pois, as categorias marxistas não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam, portanto, nunca rompendo com a linha de raciocínio marxista, não realizando o enxerto de “corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela” (MARINI, 2005, p.139).⁶

Tal discussão se insere na diferença, dentro deste método de análise, entre o marxismo ortodoxo e o dogmático. Como descreve Traspadini & Stedile (2005, p.31), para Marini, um dos desvios do pensamento marxista foi o dogmatismo, que se guiava pela existência de uma verdade absoluta, um caminho único de análise norteado por elementos centrais e subordinados na explicação de determinados processos. Já o marxismo ortodoxo, este trilhado

⁶ Neste aspecto Osório (2009) chama atenção para a característica que apresentava o marxismo latino-americano, até os anos de 1960, sendo geralmente dominado pelas interpretações mecânicas e evolucionistas da ‘sucessão dos modos de produção’, assim, não conseguindo avançar numa real caracterização do capitalismo na região. Para Marini, a sua teorização deveria se desvencilhar de dois desvios que afetavam as análises marxistas sobre a dependência latino-americana, sendo elas: “[...] a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura.” (MARINI, 2005, p.137)

pelo autor, se caracterizaria pela exigência e rigor do método na análise dos fenômenos a serem estudados⁷. Na descrição de Traspadini & Stedile:

O método, então, é compreendido, nessa ortodoxia não dogmática, como o caminho explicativo, teórico-prático, para o entendimento da realidade em permanente processo de transformação, a serviço de um grupo em confrontação direta com outros grupos, no interior da internacional luta de classes. (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p.31)

Portanto, as análises sobre a condição de dependência, na linha marxista, devem ir além das insuficiências, pois, ainda que apresente um desenvolvimento das relações capitalistas de forma insuficiente, uma economia dependente, “por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas”. (MARINI, 2005, p.138)

Desse modo, para o autor, o desenvolvimento e o “subdesenvolvimento” são considerados fenômenos qualitativamente diferentes, antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares entre si, em uma relação dialética, fruto da lógica do sistema capitalista.

Ao longo de sua teorização, Marini se oferece a fornecer as ferramentas para a análise das formações econômico-sociais do capitalismo latino-americano e, portanto, para o exame de seus regimes de produção interna que se criam e perpetuam. Além disso, seguindo o espírito revolucionário de Marx, buscava explicitar o caminho para a superação desta situação de dependência através do uso da práxis⁸, originada na luta de classes e liderada pelos oprimidos do sistema, ou seja, a classe trabalhadora. Em suma, esta formulação teórica embasou a idéia de que seria impossível, nos marcos do sistema capitalista, se efetivar um processo de desenvolvimento contínuo no ambiente periférico⁹.

⁷ “O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método.” (LUKÀCS, 2003, p.64). Para mais detalhes: LUKÀCS (2003), em especial o capítulo intitulado: O que é marxismo ortodoxo?

⁸ Com esta palavra, a terminologia marxista designa o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações. (DICIONÁRIO DE FILOSOFIA, 2000, p. 786)

⁹ Como nos resume Amaral (200X, p.21): Marx “não trabalha com uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, no sentido de que não visualiza este desenvolvimento como um estado ótimo a ser alcançado, de modo que se deva atravessar outros estágios menos avançados para tal. Sua visão de desenvolvimento passa pela idéia de processualidade, no sentido de que novos elementos vão surgindo na totalidade do sistema e modificando o modo em que este último opera. No caso do sistema capitalista, como veremos, seu desenvolvimento não traz características positivas para o todo. Antes pelo contrário, provoca pobreza e desigualdade em diversos sentidos.”

Em *Dialética da dependência* (1973)¹⁰ – seu principal trabalho - o autor interpreta a evolução do modo de produção capitalista na região, seguindo em uma perspectiva geral a teorização de Marx sobre o modo de produção capitalista. Assim, ocupa-se com a definição das bases objetivas que explicam a luta de classes no capitalismo latino-americano.

Neste estudo, Marini foi conduzido dentro do horizonte dado pelo “movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar a colocar o problema da circulação”.¹¹ (MARINI, 2005, p.160).

A gênese deste processo histórico no caso latino-americano refere-se à expansão comercial no século XVI do capitalismo nascente europeu, ratificando que seu desenvolvimento sempre esteve em consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. A expropriação de riquezas das colônias latino-americanas, da prata ao ouro, retirados de Potosí e Ouro Preto, somadas as especiarias que aqui foram encontradas, fizeram das colônias o verdadeiro “Eldorado” contribuindo para a acumulação de riquezas nas metrópoles. Para Marini,

[...] produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (Ibidem, p.140)

No século XIX com a consolidação do modo de produção capitalista, devido a Revolução Industrial, teremos o arrefecimento do processo que culminaria na crise do pacto colonial e do exclusivo metropolitano, levando a uma onda de independências políticas na América Latina. Isto dará origem a um conjunto de países de estruturas demográficas e administrativas herdadas do período colonial, e que gravitariam em torno da Inglaterra devido

¹⁰ A respeito desta obra de Marini, Osório (2009, p.170) afirma que: “(...) a *Dialética da Dependência* é a obra na qual são formuladas ‘as bases da economia política da dependência’ e de uma ‘teoria marxista da dependência’.”; sobre a mesma obra Traspadini & Stedile (2005, p. 31) nos evidencia que: “No texto *Dialética da dependência*, o método materialista evidenciava o quanto à história da América Latina não era uma história à parte com relação à história dos países desenvolvidos, mas, sim, um elemento integrado e indissociável do sentido de totalidade posto em movimento por um determinado grupo com o afã de internacionalizar e protagonizar seu modelo.”

¹¹ “Mais além da exposição, isso tem a ver com a essência mesma do método dialético, que faz coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico; é assim como essa orientação metodológica não só corresponde à fórmula geral do capital, mas também dá conta da transformação da produção mercantil simples em produção mercantil capitalista.” (MARINI, 2005, p.183)

aos fluxos de mercadorias, e num segundo momento, de capitais. Portanto, as articulações com a economia inglesa se dariam “em função dos requerimentos desta, [as ex-colônias] começam a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando as exportações superam as importações – de dívidas” (Ibidem, p.140).

Neste cenário, as atividades produtivas da região surgem em conexão com o desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial, mesmo quando apresentem um modo de produção de natureza diversa – pela utilização de tipos de trabalho servil ou escravista –, mas que desde seu início apresentam-se subordinados e incorporados à lógica capitalista devido ao processo histórico. Estas atividades formam o que se convencionou chamar economia primário-exportadora capitalista, tendo sua consolidação nos países da região quando “as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, e que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (Ibidem, p.141).

A partir disso, se configuraria a dependência que representa uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Ibidem, p.141). Em outras palavras, a dependência constitui um elemento importante para o desenvolvimento dos países centrais, sendo mais profícuo quanto maior a dependência das nações subordinadas, situação que só pode ser superada pela supressão das relações de produção que a legitima. Neste ponto, Marini acha impecável a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como também as conclusões políticas que ela ilumina, mesmo que tal autor não tenha conseguido sistematizar de uma forma dialética a proposta que defendia.

Esta foi uma tarefa que Marini se propôs a cumprir, por intermédio da apresentação dos mecanismos que levam ao intercâmbio desigual entre os países centrais e periféricos, utilizando-se de conceitos e categorias marxistas, pois a partir deste cenário de relações desiguais são engendradas as “deformações” do capitalismo dependente, caracterizadas por um regime de produção pautado na superexploração do trabalho e num ciclo específico do capital que serão tratados ao longo do capítulo.

1.1 O intercâmbio desigual e a “fuga” do excedente nas economias dependentes

Antes de apresentarmos a formulação de Marini, vale fazer uma pequena digressão sobre como a questão era tratada até então no plano teórico. Por intermédio do trabalho inaugural de Prebisch na Cepal, intitulado, *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais* (1949), o pensamento crítico latino-americano debruçava-se sobre a relação centro-periferia, lançando uma ofensiva contra a teoria convencional do comércio internacional que governava a dinâmica do comércio exterior e era defendida pelos governos dos países centrais.

Para Prebisch, a defesa das premissas desta teoria vinha de encontro à manutenção de uma divisão internacional do trabalho, que adquire grande vigor no século XIX, colocando de um lado a periferia com o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas, e de outro, os países centrais como fornecedores de produtos manufaturados. Como descrito pelo autor e disseminado por seus defensores, os países de produção primária conseguiriam parte do fruto originado pelo progresso técnico dos países industrializados desde que se especializassem na produção primária, e, portanto, não necessitam industrializar-se. Prebisch trabalharia com a ideia que os benefícios do cumprimento de tais premissas eram desmentidos pelos fatos. (PREBISCH, 2000, p.71-2)

Em sua crítica, Prebisch ressalta o papel do progresso técnico, que se mostraria mais acentuado na indústria do que na produção primária dos países periféricos. Assim, por intermédio da tecnologia, os países industrializados alcançariam aumentos de produtividade do trabalho impactando nas relações de preços. Em consonância a este raciocínio:

[...] se os preços houvessem caído em consonância com o aumento da produtividade, a queda teria tido que ser menor nos produtos primários do que nos industrializados, de modo que a relação de preços entre ambos teria melhorado persistentemente em favor dos países da periferia, à medida que se desenvolvesse a disparidade das produtividades. (Ibidem, p.80-1)

A tese de deterioração dos termos de troca perpassa todo o pensamento cepalino, mas devido ao método estruturalista não extraiu, segundo Marini, todas as consequências oriundas deste fenômeno por se limitar a constatação de que as leis mercantis têm sido falseadas em âmbito internacional, pela utilização de recursos extra-econômicos – pressão diplomática e

militar – por parte dos países centrais. Logo, não vê que tais recursos originam-se de uma base econômica que as tornam possíveis, e, portanto, tal formulação realiza uma ocultação da natureza dos fenômenos e conduz “a ilusões sobre o que é realmente a exploração capitalista internacional” (MARINI, 2005, p.150).

Por conta disso, temos que os conceitos de intercâmbio desigual e deterioração dos termos de troca estão relacionados, mas não significam a mesma coisa. Assim, após esta breve digressão temos condições de colocar de uma forma mais esclarecedora os avanços que a teorização de Marini dá a questão do intercâmbio desigual, e assim dissipar as incongruências no plano teórico sobre as especificidades do capitalismo latino-americano e o mecanismo de expropriação dos países periféricos pelos países centrais.

Como ressaltado anteriormente, a América Latina atende aos ditames do processo de acumulação capitalista no centro, que se expressa em uma divisão internacional do trabalho estabelecendo bases sólidas com o surgimento e consolidação da grande indústria capitalista. Marini ressalta que a criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse o contato com os países periféricos, em razão de que “o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial” (Ibidem, p.142).

Mas o papel da América Latina no desenvolvimento do capitalismo não se resumiu a isso, contribuindo mais tarde para a formação de um mercado de matérias-primas industriais. Este processo de inserção econômica chegará a sua plenitude com o aprofundamento do desenvolvimento industrial, no curso do século XIX, especialmente após 1840. Como bem expõe Marini:

[...] além de facilitar o crescimento quantitativo destes [alimentos e matérias-primas], a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2005, p.144)

Mas antes de entrar na explicação das contradições inerentes a inserção latino-americana, Marini preocupou-se em desfazer uma confusão estabelecida entre os conceitos de produtividade do trabalho e de mais-valia relativa, recorrente em muitas interpretações, onde

explicita a natureza e as decorrências de cada conceito para uma real compreensão da situação do intercâmbio desigual e da dinâmica do modo de produção capitalista.

Para tal explicação tomaremos o tempo da jornada de trabalho como um dado constante. Primeiramente, com um aumento da produtividade do trabalho a partir de um desenvolvimento das condições técnicas de produção, o trabalhador passará a criar mais produtos no mesmo tempo, no entanto não gera mais valor. Logo, o grau de exploração do trabalho num certo ramo de produção ou na economia como um todo não é alterado, portanto, não há modificação na taxa de mais-valia. No entanto, esta é uma busca incessante por parte do capitalista individual porque uma maior produtividade propicia a redução do valor individual de suas mercadorias, que tomadas em relação às condições gerais de produção, o faz obter “uma mais-valia superior a de seus competidores – ou seja, uma mais-valia extraordinária.” (Ibidem, p.145).

Esta mais-valia extraordinária, que se traduz em lucro extraordinário para o capitalista, influencia a repartição geral da massa de mais-valia entre os diversos capitalistas, o que permite um ganho de “excedente” pelo capitalista que apresenta uma maior produtividade. A ocorrência da mais-valia extraordinária se finda quando temos a generalização dos procedimentos técnicos em todo o ramo produtivo, tornando uniforme sua taxa de produtividade. Mas isso novamente não levará a um aumento da taxa de mais valia, porque será apenas elevada a massa de produtos sem uma variação de seu valor, o que leva a diminuição do valor social destes produtos de forma proporcional ao aumento de produtividade. Como consequência, não teria um incremento da mais-valia, mas a sua diminuição.

Isso ocorre em função da produtividade em si não influir da determinação da taxa de mais-valia, esta regida pelo grau de exploração da força de trabalho, portanto, entre a relação do tempo de trabalho excedente (no qual se produz a mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (que apenas reproduz o valor da força de trabalho). Esta forma de extração de mais-valia, denominada mais-valia relativa, ocorre quando esta proporção se altera em favor do capitalista, devido ao aumento do trabalho excedente, permitindo que os ganhos de produtividade se traduzam em alterações na taxa de mais-valia cada vez mais elevadas. Neste

caso, a mais-valia relativa necessita da desvalorização dos produtos necessários à reposição pelo trabalhador de sua condição de trabalho, produtos estes denominados bens-salários¹².

Por isso, a América Latina com a sua oferta mundial de alimentos cooperou para que os países industriais confiassem ao comércio exterior o atendimento de suas necessidades de meios de subsistência, ao exportar estes bens-salários mais baratos. Assim, “[...] a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa” (Ibidem, p.146).

Mas ao mesmo tempo em que a inserção latino-americana propicia o aumento da extração de mais-valia nos países industriais, tal integração no decorrer do progresso da produção capitalista será contraditória. Pois, com o aumento da produtividade do trabalho, num mesmo período de tempo o trabalhador produz uma maior quantidade de mercadorias levando assim a um consumo crescente de matérias-primas no processo de trabalho. Logo, essa maior produtividade efetivamente acompanhada de uma maior mais-valia relativa, significará uma mudança na composição-valor do capital, com uma diminuição do valor do capital variável em relação ao valor do capital constante¹³.

Seu caráter contraditório está no fato que a mudança na composição do capital influi na taxa de lucro, pois, sua determinação refere-se ao total do capital adiantado na produção, ou seja, a soma do capital empregada na remuneração do capital variável e na compra do capital constante (instalações, maquinários, matérias-primas, etc.). Isso faz com que um aumento da mais-valia, sempre que implique uma elevação simultânea do valor do capital constante para produzi-la – ainda que em termos relativos – se traduz em uma queda da taxa de lucro. Diante deste fato, Marini diz que:

Essa contradição, crucial para a acumulação capitalista, é contraposta por diversos procedimentos que, desde um ponto de vista estritamente produtivo, se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, no intuito de compensar a queda da taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio se apresente. (Ibidem, p.148)

¹² “Para diminuir o valor da força de trabalho, tem o aumento da produtividade de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esse meios.” (MARX, 2009, v.1, p. 366)

¹³ “[...] a grandeza crescente dos meios de produção, em relação à força de trabalho neles incorporada, expressa a produtividade crescente do trabalho. O aumento desta se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos. Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa nos meios de produção, comparada com a massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do valor do capital, com o aumento da parte constante à custa da parte variável.” (MARX, 2009, v.2, p.726)

Nesta segunda classe de procedimentos que devemos deter nossa atenção, pois, ali se faz referência à oferta mundial de matérias-primas industriais, fator que aparece como contrapartida da oferta mundial de alimentos, quando remetidos a composição-valor do capital. Por isso, em razão da necessidade de um aumento da massa de insumos produtivos cada vez mais baratos no mercado internacional, ocorre uma expansão do comércio entre a periferia e o centro do sistema, levando a uma situação onde “a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão”. (Ibidem, p.148).

Dadas estas condições podemos explicar o fato muito conhecido que corresponde ao aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas, por parte dos países periféricos latino-americanos, incorrendo simultaneamente para a queda de seus preços no mercado mundial, portanto, se traduzindo num movimento de deterioração dos termos de troca como reflexo da depreciação dos bens primários¹⁴, já que os preços dos produtos industriais têm um comportamento mais estável ao longo do tempo, porque mesmo quando seus preços diminuem, tal movimento é mais lento do que o observado com os produtos primários.

Mas esta é só a aparência do fenômeno que se busca explicar. Em suma, o desenvolvimento do comércio exterior que propicia a vigência da lei do valor, ao mesmo tempo, também cria os mecanismos para sua violação revelando assim o segredo do intercâmbio desigual. Como diz Marini (2005, p.151), teoricamente o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, onde o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado nas mercadorias. Mas na prática, o que acaba ocorrendo é uma transgressão as leis da troca por intermédio de diferentes mecanismos que realizam transferências de valor, em razão da forma que e fixam tanto os preços de produção como os preços de mercado.

Para a explicação destes mecanismos, Marini faz uma distinção entre a concorrência intra-setorial (mesmo setor produtivo) e a concorrência intersetorial (distintos setores produtivos), sendo que ambas se articulam com a análise da tendência à queda da taxa de

¹⁴ Sobre a diminuição do valor dos produtos primários, Marini afirma que: “É evidente que tal depreciação não pode corresponder à desvalorização real desses bens, devido a um aumento de produtividade, já que é precisamente ali onde a produtividade se eleva mais lentamente.” (MARINI, 2005, p.149)

lucro, eixo no qual se desenvolvem as formas de concorrência mencionadas¹⁵. Assim, na concorrência em um mesmo setor as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca, enquanto as realizadas por diferentes setores “adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas.” (Ibidem, p.151).

Como visto anteriormente, a concorrência intra-setorial, motivada pelo aumento da produtividade do trabalho, produz uma mais-valia extraordinária para o capitalista que apresenta uma maior produtividade devido a uma mudança na repartição da massa de mais-valia produzida no setor. Quando pensamos no comércio exterior o mesmo movimento se apresenta, pois, uma nação que apresenta preços de produção inferiores a de seus países concorrentes, e os vende ao preço de mercado – dado pelas condições de produção – propicia a esta nação um lucro extraordinário¹⁶.

Portanto,

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2005, p.152)

Isso caracteriza a ocorrência de um intercâmbio desigual, entre os países industriais e periféricos, levando a uma transferência de valor através das relações internacionais de mercado. Deste modo, a nação desfavorecida a fim de garantir seu processo interno de acumulação de capital será levada a utilizar um mecanismo de compensação, que consiste em um incremento do valor trocado sem impedir os mecanismos de transferência já descritos, assim, neutralizando total ou parcialmente tal cessão em razão do aumento do valor realizado.

Neste processo, o capitalista da nação desfavorecida, necessariamente lançará mão de uma maior exploração da força de trabalho, para incrementar a massa de valor produzida. Isso poderá ocorrer pelo aumento da intensidade do trabalho, por um prolongamento da jornada de

¹⁵ As questões sobre os tipos de concorrência e sua conexão com a tendência à queda da taxa de lucro será mais bem desenvolvida quando tratarmos do ciclo do capital.

¹⁶ “É natural que o fenômeno se apresente sobretudo em nível da concorrência entre nações industriais, e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena; isso não quer dizer que não se verifiquem também entre estas últimas, principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção.” (MARINI, 2005, p.152)

trabalho ou pela combinação dos dois métodos¹⁷. De fato, tais mecanismos contribuem para o aumento da massa de valor realizada, que no momento da troca converte-se numa maior quantidade de dinheiro. Dessa maneira, para Marini (2005, p.153), temos a explicação do aumento da oferta mundial de matérias-primas e alimentos mesmo com a ocorrência do processo de deterioração dos termos de intercâmbio.

Mas além do processo de troca entre as nações, temos que ter em conta, o fato da produção capitalista representar uma produção de mais-valia, ou seja, este processo de apropriação de valor também significa uma apropriação de mais-valia, mediante uma exploração do trabalho no âmbito de cada nação. E assim, Marini nos evidencia que:

Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribui para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível de produção interna. (MARINI, 2005, p.154)

Por isso, os países latino-americanos, ao apresentarem um regime de produção onde o aumento da mais-valia depende mais da maior exploração do trabalhador do que no desenvolvimento da capacidade produtiva, representa para Marini, a ocorrência de uma situação de superexploração do trabalho. Logo, essa modalidade de extração da mais-valia seria a predominante no caso do capitalismo dependente, dando um papel crucial a essa categoria na busca do entendimento das “deformações” do capitalismo dependente.

1.2 A superexploração do trabalho como instrumento de compensação

O conceito de superexploração do trabalho serve como principal pilar da teoria marxista da dependência. Como aponta Osório, este conceito “busca dar conta do aspecto central da reprodução do capital dependente, [...], no seio de formações econômico-sociais

¹⁷ Marini (2005, p.153) ressalta que a rigor só o aumento da intensidade do trabalho pode se contrapor às desvantagens de uma menor produtividade do trabalho, porque permite gerar mais valor num mesmo tempo de trabalho.

específicas, geradas pelo funcionamento do capitalismo como sistema mundial [...]” (OSÓRIO, 2009, p.171).

Tal conceito é de grande importância na teorização proposta por Marini, e, como apontado por Martins (2009), permeia grande parte dos seus trabalhos. Ele é esboçado pela primeira vez em *Subdesenvolvimento e revolução* (1968), obtém uma forma sistemática em *Dialética da Dependência* (1973) e é aprimorado em *As razões do neodesenvolvimentismo* (1978), *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (1979) e *O ciclo do capital na economia dependente* (1979)¹⁸.

Em traços gerais, o conceito de superexploração do trabalho representa uma forma particular que toma a exploração do trabalho e que se caracteriza pelo uso em “grau desproporcional” da força de trabalho. Tal conceito também busca explicar as formas concretas de extração de mais-valia que não correspondem ao procedimento da mais-valia relativa, que exprime a forma mais avançada de obtenção de mais-valia no modo capitalista de produção. Isto não significa que a presença da superexploração do trabalho indique uma ausência da mais-valia relativa. Ela pode ocorrer justamente na convivência de diferentes formas de extração de mais-valia, tanto no interior de uma unidade produtiva como no conjunto dos diferentes ramos de produção.

Para a caracterização da superexploração do trabalho, Marini parte das formas de exploração no regime capitalista, caracterizada por dois grandes mecanismos, sendo eles, o aumento da força produtiva do trabalho e uma maior exploração do trabalhador. No primeiro caso, o aumento da força produtiva do trabalho, como já mencionado anteriormente, se refere à ocorrência de uma maior quantidade de mercadorias obtida com um mesmo gasto de força de trabalho e no mesmo tempo. Já a maior exploração do trabalhador apresenta-se por intermédio de três processos, que podem atuar de forma isolada ou conjugada: o prolongamento da jornada de trabalho, uma maior intensidade do trabalho e a redução do fundo necessário de consumo do trabalhador¹⁹ (MARTINS, 2009, p.190).

Assim, na situação em que a maior exploração do trabalhador prevalece em relação ao desenvolvimento das forças produtivas, os três mecanismos identificados configuram um

¹⁸ Nos anos 1990, Marini o utiliza também quando trata das transformações advindas do capitalismo globalizado, em seu artigo “*Proceso y tendencias de la globalización capitalista*”(1995).

¹⁹ Marini (2005, p.155) chama a atenção para o fato “que a utilização de categorias que se referem à apropriação do trabalho excedente no marco de relações capitalistas de produção não implica o suposto de que a economia exportadora latino-americana se baseia já na produção capitalista. Recorremos a essas categorias no espírito das observações metodológicas [...], porque permitem caracterizar melhor os fenômenos que pretendemos estudar e também porque indicam a direção para a qual estes tendem.”

modo de produção onde a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, e assim, correspondendo a uma superexploração do trabalho. Como Marini afirma:

[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (MARINI, 2005, p.156-7)

Em resumo, corresponde a um tipo de geração de mais-valia que promove a violação do valor da força de trabalho. Para o capitalista, na economia dependente, a superexploração apresenta-se como necessária para o incremento de sua produção de mais-valia²⁰, e ao mesmo tempo, pode garantir que “o fundo necessário de consumo do operário se converta de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital, implicando um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente²¹.”

Portanto, o conceito de superexploração não é idêntico ao da mais-valia absoluta, pois, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital representa dentro de uma mesma jornada de trabalho, um mecanismo que acaba agindo nos “dois” tempos de trabalho e não somente no tempo de trabalho excedente. Nessas condições, a superexploração do trabalho revela-se como um processo de produção que combina um superdesgaste do trabalhador (prolongamento da jornada e maior intensidade de trabalho) e uma remuneração insuficiente para suprir suas necessidades, ou seja, para a recomposição de sua força de trabalho.

²⁰ “[...] a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo.” (MARINI, 2005, p.164)

²¹ Neste ponto, Marini se remete a Marx, pois, mesmo que não tenha desenvolvido a categoria de superexploração do trabalho ao longo de *O capital*, essa categoria era por ele conhecida e que também a achava relevante. Evidenciamos isso quando Marx (2010, v.2, p.698) diz que: “Ao tratar da produção da mais-valia, temos pressuposto sempre que o salário tem um valor pelo menos igual ao da força de trabalho. A redução compulsória do salário abaixo desse valor, entretanto, desempenha, na prática, papel demasiadamente importante para não nos determos por um momento em sua análise. Dentro de certos limites, essa redução transforma efetivamente o fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador em fundo de acumulação do capital.” (MARX, 2010, v.2, p.698). Para Osório (2009, p.174), a razão que leva Marx a não realizar uma análise mais desenvolvida deste problema, encontra-se nos limites que o autor se coloca por razões de método, no intuito do entendimento da lógica que organiza, articula e reproduz a economia burguesa.

Como aponta Osório (2009, p.177), temos um processo de encurtamento do tempo de vida útil e de vida total do trabalhador, num processo onde “o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida”²², evidenciando assim um processo de superexploração porque “viola o valor da força de trabalho”. Este movimento de violação determina-se em suas duas dimensões: a do valor diário e do valor total. Esse processo ocorre de maneira direta sobre o seu valor diário, via apropriação de salários, ou então, de maneira indireta, via prolongamento da jornada ou intensificação do trabalho, que, mesmo quando acompanhadas de aumentos salariais, acabam afetando o valor total da força de trabalho e, por intermédio disso, o seu valor diário²³.

Neste último caso, mesmo supondo um aumento salarial – seja via pagamento de horas extras ou elevação por aumento na produção de mercadorias – o processo de prolongamento da jornada de trabalho ou de sua intensificação, impreterivelmente, levará a uma redução da vida útil e da vida total do operário. Mesmo com a possibilidade de comprar um maior número de bens, este trabalhador não poderá alcançar as horas e os dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental destas longas e intensas jornadas.

Com esse panorama e considerando a própria forma capitalista de produção, Marini apresenta a contradição que engendra a essência da dependência latino-americana: em atendimento ao processo de acumulação de capital nos países centrais - que se baseia no aumento da capacidade produtiva - os países dependentes realizam sua acumulação fazendo uso de superexploração do trabalho. (MARINI, 2005, p.162)

Este mecanismo de compensação seguido pelos capitalistas, busca se contrapor ao movimento de depressão nas taxas de lucro que atingem os setores envolvidos no comércio exterior, ou seja, os que sofrem com o intercâmbio desigual. Cumpre assim, como ressaltado, o intuito de produzir o excedente necessário para a continuação de seu processo de acumulação, movimento que é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas nas economias latino-americanas e com os tipos de atividades que ali se realizam, ou seja, principalmente atividades extrativas e agrícolas.

Em comparação a indústria fabril, Marini (2005, p.156) diz que: “[...] na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital

²² “O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é determinado pelo valor da quantidade diária de mercadorias indispensáveis para que o portador da força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo [...]. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo [podendo baixar além deste ponto], baixa também seu valor, e ela só pode vegetar ou atrofiar-se.” (MARX, 2010, v.1, p.203)

²³ “[...] o valor diário da força de trabalho é calculado tomando-se por base certa duração de vida do trabalhador, à qual corresponde a certa duração da jornada de trabalho.” (MARX, op. cit, v.2, p.619)

constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem capital adicional”. Portanto, a superexploração ao ocorrer nestas atividades produtivas com baixa composição orgânica do capital e com grande intensidade do trabalho implica numa elevação simultânea das taxas de mais-valia e de lucro.

Com isso explica-se que tenha sido precisamente nas zonas dedicadas à produção para a exportação que o regime de trabalho assalariado foi imposto primeiro, e assim, iniciando o processo de transformação das relações de produção na América Latina. Marini estabelece uma comparação entre a exploração própria do regime escravista e a exploração do trabalho assentada no regime de trabalho assalariado, mostrando a superioridade deste último para a extração de mais valor, pois, “o regime de trabalho escravo, salvo em condições excepcionais do mercado de mão-de-obra, é incompatível com a superexploração do trabalho.” (MARINI, 2005, p.158)

O trabalho escravo cria empecilhos ao rebaixamento indiscriminado do valor da força de trabalho, em razão dos recursos necessários à reprodução do escravo ser independente de seu próprio trabalho, ou seja, por representarem uma quantidade de recursos fixa mesmo com variações nos níveis de exploração que tornam estes escravos mais ou menos produtivos.

Tal situação não acontece com o trabalhador assalariado, pois, nesta forma de produção mercantil, o que se transforma em mercadoria não é o trabalhador, mas a sua força de trabalho. Assim, seu tempo total de existência – que inclui os pontos mortos do ponto de vista da produção – é de sua própria responsabilidade e não do capitalista, sendo que este último passa apenas a responder por sua força de trabalho, ou seja, pelo tempo em que o trabalhador é utilizado no processo de produção de mercadorias. Neste caso, o valor de sua capacidade de trabalho (que se transmuta no salário médio) não está contido em limites predestinados independentes de seu próprio trabalho, dando a possibilidade para uma remuneração abaixo deste valor.

Assim, com o avanço deste processo, a América Latina torna-se um centro produtor de capital, que por isso carrega consigo seu próprio modo de circulação, este necessário à reprodução ampliada do capital. Portanto, para a caracterização do movimento real de formação do capitalismo dependente, deve-se retornar novamente ao problema da circulação, após, o exame da vinculação ao mercado mundial e do impacto que acarreta para a organização interna do trabalho, na busca das mediações entre estes processos na explicação das especificidades das economias latino-americanas.

1.3 O ciclo do capital no capitalismo dependente: a cisão da produção e circulação de mercadorias

Como visto anteriormente, o tipo de vinculação ao mercado mundial engendrou na América Latina uma produção de mais-valia baseada numa maior exploração do trabalhador, que ocupa o centro de seu processo interno de acumulação, e, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista. Aqui está a base real onde se desenvolvem os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial, pois, ao atender as exigências da circulação capitalista, a produção latino-americana passa a não depender da capacidade interna de consumo para a sua realização.

Deste modo, para Marini (2005. p.161), a compreensão da “especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial”. Isso se traduz na constituição de um modo próprio de circulação, caracterizado por não ser exatamente o mesmo que observado no capitalismo industrial.

Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2005, p.162)

Para isso, Marini observa que nos países industriais, caracterizado pela acumulação de capital baseada na produtividade do trabalho, a oposição entre o capital e o trabalhador – em seu duplo caráter- é em grande medida minimizada pela forma como ocorre seu ciclo do capital. Aqui dois aspectos têm papel decisivo: a importância da realização da produção como condição a um novo ciclo do capital e as lutas dos operários e patrões quanto à fixação dos níveis salariais.

Mesmo com o privilégio do capital pelo consumo produtivo do trabalhador (o consumo de meios de produção no processo de trabalho), e sua inclinação para um desestímulo ao seu consumo individual (onde o trabalhador repõe a sua força de trabalho), tal comportamento se dá exclusivamente no momento da produção. Com o início da fase de realização da produção, como nos diz Marini (2005, p.163), essa contradição aparente entre a

reprodução do capital e o consumo individual dos trabalhadores desaparece, porque o consumo dos trabalhadores, somado ao consumo dos capitalistas e das camadas improdutivas em geral, propicia ao capital transmutar-se para a forma que lhe é necessária para o começo de um novo ciclo, ou seja, em sua forma dinheiro.

Logo, tal consumo por parte dos trabalhadores representa um elemento importante e decisivo para a demanda das mercadorias produzidas, o que leva a uma situação onde o fluxo da produção possa se resolver adequadamente no fluxo da circulação, garantindo em sua totalidade a circulação do capital. Ou mesmo tempo, a se estabelecer nos países industriais a luta entre os operários e os patrões em torno da fixação do nível dos salários, os dois tipos de consumo do trabalhador - o consumo produtivo e o individual - tendem a se complementar, ao longo do ciclo do capital. Nisso, reside uma das razões para a dinâmica do sistema tende a canalizar por meio da mais-valia relativa, como forma de baratear as mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador.

No caso do capitalismo dependente latino-americano, Marini identifica um particular ciclo do capital: as etapas da produção e da circulação de mercadorias encontram-se cindidas, sem que isso signifique um empecilho à realização da produção. Este divórcio será, para o autor, inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista na região, caracterizada na etapa da economia exportadora latino-americana pelo destino externo da produção, onde o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, mesmo que determine a taxa de mais-valia.

Isso reafirma novamente a tendência natural do sistema em explorar ao máximo o trabalhador, sem a preocupação em lhe criar as condições para a reposição de sua força de trabalho, sempre e quando se abre a possibilidade de incorporação de “novos braços” ao processo produtivo. Na América Latina, Marini diz que tal hipótese foi cumprida, seja pela existência de reservas de mão-de-obra indígena (cita principalmente o México) ou pelos fluxos migratórios devido ao deslocamento de trabalhadores europeus (como na América do Sul), que permitiu aumentar constantemente a massa trabalhadora até o início do século XX.

Com essa dinâmica, a economia exportadora latino-americana representou algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva, porque ao ser uma formação social baseada no modo capitalista de produção, acaba por acentuar até o limite das contradições que lhe são próprias. Como resultado configura-se de “maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a

reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional” (MARINI, 2005, p.164).

Ao restringir o consumo individual do trabalhador, as economias dependentes deprimem os níveis de demanda interna e colocam o mercado mundial como único escoadouro de sua produção, pois sua preocupação está voltada para o incremento das exportações. Paralelamente, proporciona um incremento dos lucros para os capitalistas desenvolvendo nesta classe social um tipo de consumo sem contrapartida na produção interna, que será satisfeita por importações. Assim, como bem resume Marini:

A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera “baixa”, onde se encontram os trabalhadores – que o sistema se esforça por restringir -, se baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação, própria dos não-trabalhadores – que é aquela que o sistema tende a ampliar -, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação. (MARINI, 2005, p.165)

Deste modo se forma a relação harmônica no nível do mercado mundial, onde a periferia exporta matérias-primas e alimentos, e, ao mesmo tempo, importa bens de consumo manufaturados dos países europeus, cuja harmonia encobre o movimento que “dilacera” as economias latino-americanas que se expressa na separação do consumo individual total em duas esferas contrapostas.

No momento em que o sistema capitalista mundial alcançar certo grau de seu desenvolvimento, a América Latina será conduzida a ingressar na etapa da industrialização²⁴, esta se realizará a partir das bases criadas pela economia exportadora, ou seja, agregando a profunda contradição que caracteriza o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho, onde ambas irão incidir de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que nela se apresentam.

De fato, a esfera alta de circulação, que se articulava com a oferta externa de bens manufaturados de consumo, desloca seu centro de gravidade para a produção interna,

²⁴ “É apenas quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período compreendido entre a primeira e a segunda guerras mundiais, limita a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região.” (MARINI, 2005, p.167)

passando sua circulação a coincidir, grosso modo, com a que descreve a esfera baixa, própria das massas trabalhadoras. Parecia assim, como destaca Marini (2005, p.167), que “o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir, e que o capitalismo dependente orientava-se no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos”.

Mais essa similaridade aparente, entre a economia industrial dependente com a economia industrial clássica, encobria profundas diferenças, que o desenvolvimento capitalista acentuaria em lugar de atenuar. Com a reorientação para o interior da demanda gerada pela mais-valia não acumulada implicou num mecanismo específico de criação de mercado interno radicalmente diferente do que opera na economia clássica.

Na economia industrial clássica, a formação do mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital, pautado no aumento da produtividade do trabalho, isso porque ao obter produtos necessários do trabalhador a preços baixos no mercado internacional, leva a um estreitamento do nexo entre a acumulação e o mercado, já que aumenta a parte do consumo individual do trabalhador dedicada aos produtos manufaturados.

Esse tipo de acumulação também tem como resultado o aumento da mais-valia e, em consequência, da demanda criada pela parte desta que não é acumulada. Em outras palavras, cresce o consumo individual das classes não produtoras, que não só impulsiona o crescimento da produção de bens de consumo manufaturados, em geral, como também o da produção de artigos supérfluos (bens de luxo). Tal expansão da esfera superior é uma consequência da transformação das condições de produção e se torna possível à medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais (MARINI, 2005, p.168-69).

Mas a ligação existente entre as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe, no caso dos países centrais, para Marini isso é decorrência de dois fatores: o primeiro, diz respeito à forma de ampliação do mercado mundial, pois, a demanda de bens manufaturados e de produtos supérfluos criada pelo mercado exterior é necessariamente limitada, já que no caso da troca com os países dependentes essa demanda será restrita às classes altas, esta seriamente estrangida pela forte concentração de renda oriunda da superexploração do trabalho.

O segundo fator é representado pelas circunstâncias que permitiram elevar os salários reais dos trabalhadores nos países europeus, a partir da segunda metade do século XIX, dentre elas, a desvalorização dos alimentos e a possibilidade de redistribuição interna de parte do

excedente subtraído das nações dependentes, sendo que ambas contribuem para a ampliação do consumo individual dos trabalhadores e a se contrapor as tendências desarticuladoras que agem ao nível da circulação.

Assim, com este aumento do consumo individual total, motivado por estes fatores, abre-se a possibilidade para que a produção de bens de luxo possa expandir-se, sendo uma condição para isto que tais bens mudem o seu caráter e convertam-se em produtos de consumo popular no interior destas economias. Deste modo, a produção industrial concentra-se basicamente nos bens de consumo popular e busca barateá-los, uma vez que incidem no valor da força de trabalho, ratificando novamente a orientação da acumulação via aumento da produtividade do trabalho.

Já a industrialização latino-americana será pautada em bases bem distintas, primeiramente, porque a economia exportadora ao comprimir de forma permanente o consumo individual do trabalhador, ao longo de sua vigência, só permitiu a criação de uma indústria débil, que só ampliava-se devido aos fatores externos, tais como crises comerciais e limitações da balança comercial, que impossibilitavam parcialmente o atendimento da esfera alta de consumo pelo comércio de importação. É somente com a maior ocorrência destes fatores que a aceleração do crescimento industrial, a partir de certo momento, provocou uma mudança qualitativa do capitalismo dependente. Neste contexto, a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, “mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2005, p.168).

Marini ressalta que no início da industrialização a participação dos trabalhadores na criação da demanda não tinha um papel significativo na América Latina. Logo, ao operar numa estrutura de mercado previamente dada, cujo nível de preços atuava no sentido de impedir a formação de consumo de tipo popular, a indústria não se movia para mudar esta situação, pois, a demanda apresentava-se superior à oferta, não criando para os capitalistas a necessidade de expansão do mercado, e mesmo nas situações onde ocorresse a equilíbrio entre a oferta e a demanda, o capitalista novamente não será coagido a expandir seu mercado, em razão de utilizar-se antes das margens entre o preço de mercado e o preço de produção.

Neste segundo caso, a situação monopolista decorrente de uma crise comercial ou por barreiras alfandegárias, garantem um cenário de aumento de preços. Soma-se a isso, a ocorrência de um baixo nível tecnológico que faz com que o preço de produção seja determinado fundamentalmente pelos salários, “o capitalista industrial valer-se-á do

excedente de mão-de-obra criado pela própria economia exportadora e agravado pela crise que esta atravessa, para pressionar os salários no sentido descendente” (MARINI, 2005, p.171). Assim, os capitalistas absorvem grandes massas de trabalho, que acentuado pela intensificação do trabalho e pela prolongação da jornada de trabalho, propiciou a aceleração da concentração do capital no setor industrial.

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (MARINI, 2005, p.171)

Pelas razões expostas, a indústria na América Latina se dedicará à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, por isso, a produção industrial latino-americana realiza-se de forma independente das condições de consumo próprias dos trabalhadores, que se dá em dois sentidos: em primeiro lugar, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho, portanto, não será a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário²⁵.

Tal situação, não será modificada mesmo quando a oferta industrial coincidir em linhas gerais com a demanda existente pela esfera alta da circulação, cenário que levaria a necessidade de generalizar o consumo das manufaturas. Isso leva a dois tipos de adaptações na economia industrial dependente: a ampliação do consumo das camadas médias, que é

²⁵ Assim a superexploração da força de trabalho não coloca, em princípio, empecilhos para a acumulação interna de capital, devido à restrição do consumo da força de trabalho, “porque sua dinâmica de realização pode depender do mercado externo e/ou de um padrão de consumo que privilegie as camadas médias e altas da população. Neste último caso, entretanto, o incremento dos lucros pode ser direcionado não como demanda interna [...], mas orientado para aumento de importações, seja de bens de consumo para essas camadas da população, seja para meios de produção necessários para a acumulação”. (CARCANHOLO, 2005, p.5)

criado a partir da mais-valia não acumulada, e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição para baratear as mercadorias (MARINI, 2005, p.172).

Este segundo movimento tenderia, normalmente, a provocar uma mudança qualitativa na base da acumulação de capital, permitindo ao consumo individual do operário modificar sua composição e incluir bens manufaturados, generalizando estes bens na forma de consumo popular, entretanto, será parcialmente neutralizado pela ampliação do consumo dos setores médios, que supõe o incremento das rendas que recebem, sendo tais rendas derivadas da mais-valia e originadas pela compressão do nível salarial dos trabalhadores.

Em razão disto, Marini (2005, p.173) sustenta que a transição de um modo de acumulação para outro se torna difícil e realiza-se com extrema lentidão, sendo o suficiente para desencadear um mecanismo que atuará no longo prazo no sentido de obstruir a transição, o que levará a se desviar para um novo meio a busca de soluções para os problemas de realização que incorrerá a esta economia industrial. Esse mecanismo repousará na tecnologia estrangeira, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho.

Para a caracterização deste comportamento, Marini utiliza os esquemas de reprodução de Marx do livro II de *O Capital*, ressaltando a sua pertinência para a análise do capitalismo dependente e a introdução do progresso técnico nestas economias²⁶. Para o autor, a importância dos esquemas de reprodução:

[...] advém de uma razão concreta: o notável desequilíbrio intersetorial que se observa nessas economias, expresso na tendência ao crescimento desproporcional da produção de artigos suntuários em relação aos meios de produção e bens de consumo necessários, [...]. (MARINI, 1979, p. 2, tradução nossa.)

Marx estabelece dois grandes setores de produção: o setor I de meios de produção e o setor II de meios de consumo. Este segundo setor subdivide-se em dois subsectores: os destinados a produção de meios de consumo necessários (designado por IIa), que atende ao consumo dos trabalhadores, e o de meios de consumo suntuário (IIb), este consumido pela classe capitalista quando “gasta sua mais-valia como renda e não como capital”. (MARINI, 1979, p. 4)

²⁶ A exposição destes esquemas foi realizada por Marini no texto *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (1979), como diz o autor: “Esse ensaio – provavelmente, o menos conhecido dos meus escritos – é um complemento indispensável à *Dialética da dependência*, [...]” (MARINI, 2005, p.118)

A proporcionalidade entre os valores de uso e de troca que são intercambiados pelo conjunto dos setores garantem a efetivação da reprodução do capital, que em sua forma ampliada, exige que a soma dos valores denominados pelo capital variável e as mais-valias (acumulada e improdutiva) no setor I seja equivalente ao capital constante e a mais-valia acumulada no setor II, como descrito por Marx.

Mas Marini ressalta o aspecto de que os subsetores IIa e parte do setor I (que lhe produz insumos) não são capazes de sustentar o processo de progresso técnico em seus ramos, já que a conservação da massa de valor de seu capital variável entra em contradição com a introdução de maior tecnologia, necessária para o aparecimento da mais-valia extraordinária no ramo. Isto ocorre uma vez que a realização de uma maior massa de produtos não encontra demanda, apesar da redução do valor individual de seus produtos, devido principalmente à superexploração do trabalho que reprime o consumo individual do trabalhador.

No caso do subsetor IIb, por realizar a produção de bens de consumo suntuário, terá condições de sustentar num volume maior o processo de generalização do progresso técnico, realizando assim uma mais-valia extraordinária de modo mais recorrente em comparação aos demais ramos. Isto ocorre, pois apresenta uma perda de participação relativa do capital variável na estrutura produtiva, e conseqüentemente, a obtenção de uma maior taxa de lucro por parte dos capitalistas, fornecendo a demanda para uma maior oferta de produtos suntuários.

Convém ter presente que, ao transferir aos preços em menor medida que os setores I e IIa os aumentos de produtividade, “o subsetor IIb estabelece com os demais uma relação que implica uma transferência intersetorial de mais-valia, via preços, que ultrapassa o correspondente estritamente aos mecanismos de nivelamento da taxa de lucro entre todos os setores”. (MARINI, 1979, p.21-22)

Ele cria internamente uma situação semelhante à que se refere à noção de intercâmbio desigual na economia internacional. Assim, reduz a massa de lucro dos setores I e IIa (embora em ramos que produzem principalmente para IIb pode até aumentar) e empurra para baixo a sua parte do lucro. Em outras palavras: o subsetor IIb tem um efeito depressivo sobre a massa de mais-valia dos demais setores, que é estritamente a contrapartida do ganho extraordinário por ele verificada. Somam-se a isto, as características deste subsetor com predomínio do

capital estrangeiro, dentre elas, uma tecnologia superior à média, estruturas monopolistas e a situação de manipulação de preços²⁷.

Observemos, finalmente, que a especificidade do setor IIb, em termos da produção de mais-valia extraordinária e sua conversão em lucro extraordinário, se acentua necessariamente ali onde rege a superexploração do trabalho, configurando uma situação em que temos baixos salários e lucros elevados. Com efeito, isto implica que, ao mesmo tempo em que se apresenta pouco dinamismo à esfera baixa de circulação, criada pelos primeiros, tende a hipertrofiar a esfera alta, gerada pelos últimos. (MARINI, 1979)

Em tais circunstâncias, se entende perfeitamente que o subsetor IIb tende constantemente ao crescimento muito além da absorção da demanda interna, pois constitui setores que produzem mercadorias não acessíveis a grande parte da população da região (dentre eles produtos como automóveis, eletrodomésticos, etc.). Com respeito aos demais setores, se acentua no plano do mercado a subordinação do setor I ao subsetor IIb, mais que ao setor IIa. Portanto, uma economia dependente, baseada na superexploração do trabalho, sofre de maneira amplificada as leis gerais do modo capitalista de produção²⁸.

Com base nisto, Marini afirma que:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a energia nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. (MARINI, 2005, p.174)

As relações entre os distintos ramos de produção - no plano interno - realizam-se, portanto, com a transferência de valor em direção aos ramos de maior composição orgânica do capital. Em decorrência disto, o movimento de produção de mais-valia torna-se simultaneamente um movimento de apropriação da mais-valia, onde os desvios de preço em relação ao valor conferem uma depressão nas taxas de lucro dos capitalistas individuais e subsetores voltados aos produtos de consumo das classes trabalhadoras e uma mais-valia extraordinária aos setores ligados a produtos suntuários.

²⁷ Para o entendimento da penetração das corporações multinacionais na América Latina ver SANTOS, 1977.

²⁸ “A lei da acumulação capitalista, [...] significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada.” (MARX, 2010, v.2, p.724) A lei geral da acumulação capitalista foi formulada por Marx em O Capital. Para mais explicações ver MARX, op. cit., capítulo XXIII.

Esta particularidade do ciclo do capital evidencia a contradição, representada pela radical separação entre produção e circulação, que cria empecilhos dinâmicos na etapa industrial: o capitalismo dependente é levado a enfrentar uma restrição imposta pela limitação das possibilidades de crescimento do mercado interno. Marini afirma:

No entanto, ao constatar o divórcio que se verifica entre produção e circulação na economia dependente (e realçar as formas particulares que assume esse divórcio nas distintas fases de seu desenvolvimento), insisto a) no fato de que esse divórcio se gera a partir das condições peculiares de exploração do trabalho [...], as que denominei de superexploração – e b) na forma como essas condições fazem brotar, permanentemente, a partir do seio mesmo da produção, os fatores que agravam o divórcio e o levam, ao configurar-se a economia industrial, a desembocar em graves problemas de realização. (MARINI, 1979, p.8, tradução nossa.)

Nisso tem papel importante as condições concretas em que se dá a introdução do progresso técnico nos países dependentes. Essa introdução depende menos das preferências que os países tenham e mais da dinâmica objetiva da acumulação em escala mundial. Em trabalho recente, Martins (2009) revisita a formulação de Marini em relação à ocorrência da superexploração do trabalho no caso do capitalismo dependente²⁹. Seu intuito é ressaltar que a apropriação de mais-valia e a superexploração são compatíveis com o modo de produção capitalista e com a introdução do progresso técnico. A superexploração acontece sempre que a apropriação de mais-valia de um capital por outro não puder ser compensada pela expansão de mais-valia (mediante a geração endógena de tecnologia) pelo capital expropriado³⁰, “estabelecendo-se de maneira irrevogável a sua necessidade para a sustentação das taxas de mais-valia e de lucro”. (MARTINS, 2009, p.204)

Fica claro, portanto, que o recurso a superexploração condiz com a ocorrência de uma introdução de progresso técnico das economias dependentes, sendo, neste caso até condicionada por esta. Aparece novamente, neste contexto, a idéia da superexploração do trabalho como compensação à perda de mais-valia de forma evidente e absoluta. Como destaca Martins:

²⁹ Martins também fez o esforço em contribuir para o avanço do estado da arte da teoria da dependência, formulada por Marini, mediante a formalização matemática e quantitativa do conceito de superexploração do trabalho. Ver mais em MARTINS, 2009.

³⁰ Neste caso, o capital expropriado, diz respeito ao capital que tem parte de sua mais-valia destinada ao pagamento de tecnologias que não tem possibilidades de desenvolver, ou dos royalties pela sua utilização. Portanto, a “redução da massa de mais-valia no conjunto da economia dependente é função da inovação tecnológica, baseada na tecnologia estrangeira.” (MARTINS, 2009, p.199)

A introdução do progresso técnico no espaço de circulação das mercadorias dos países dependentes, através do investimento direto, da importação de tecnologia ou de mera concorrência internacional, cria uma depreciação no valor da grande massa de trabalho desses países. (MARTINS, 2009, p. 207)

Os efeitos daí derivados para a situação dos trabalhadores nos países dependentes não poderiam diferir em essência dos que são consubstanciais a uma sociedade capitalista: redução da população produtiva e crescimento das camadas sociais não produtivas. Mas, esses efeitos teriam de aparecer modificados pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente.

Ao incidir sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior ao seu valor real. Para isso contribuiu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção com setores industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo nas sociedades dependentes.

Assim, a indústria dependente ao se concentrar em bens que não intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pelo progresso técnico não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas só pelo aumento da massa de valor realizado, portanto, a difusão do progresso técnico segue conjuntamente a uma maior exploração do trabalhador, porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor, ou seja, da massa de mais-valia do que da taxa de mais-valia (MARINI, 2005, p.177).

Essa trajetória da industrialização dos países dependentes, pela significativa concentração nos setores de produção de bens supérfluos, o desenvolvimento tecnológico acabaria por colocar graves problemas de realização, sendo um das alternativas de solução a intervenção do Estado, seja por meio da ampliação do aparato burocrático, do financiamento ao consumo supérfluo ou pela transferência do poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação, através de um rebaixamento ainda maior dos salários reais dos trabalhadores.

Novamente, com uma compressão ainda maior da capacidade de consumo dos trabalhadores, para Marini (2005, p.179) fica explícito uma situação de total fechamento da possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado ao

atendimento do consumo popular, em outras palavras, a impossibilidade de sustentação do progresso técnico nos setores que produzem bens necessários. Logo, enquanto nas indústrias de bens supérfluos este tipo de investimento cresce em taxas elevadas, nas indústrias orientadas para o consumo de massas tendem à estagnação e inclusive à regressão.

Deste modo, com o afastamento das esferas de consumo e uma produção baseada na superexploração do trabalho, ao engendram um modo de circulação que as corresponde, ao mesmo tempo, divorcia o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. Para isso, a economia industrial dependente não só teve de contar com um imenso exército de reserva (motivado pela introdução de progresso técnico), como também se obrigou a restringir aos capitalistas e as camadas médias altas a realização das mercadorias supérfluas.

Com essa situação, a partir de certo momento que Marini define como meados da década de 1960, as economias da região que mais avançaram em seu processo de industrialização terão a necessidade de expansão para o exterior, agora numa base industrial, para desdobrar-se novamente o ciclo do capital centrando parcialmente sua circulação sobre o mercado mundial. E assim para o autor:

A exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais quanto de produtos supérfluos, converte-se então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem. Desde projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, assiste-se em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora. (MARINI, 2005, p.179)

Tal fato, devido à expressão acentuada dessas tendências no Brasil, levou Marini a falar de um subimperialismo, pois, as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiu levar bem mais adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, representam nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente.

Essa situação esta conectada a um contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e pela definição dos graus intermediários pelos quais essas leis vão se especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida. Logo, o conceito de subimperialismo emerge da definição desses graus intermediários e aponta para a especificação de como incide na economia dependente a lei segundo a qual o aumento da produtividade do trabalho acarreta um aumento da superexploração do trabalho.

Em suma, é a partir da transferência de valor dos países dependentes aos países centrais, num contexto da acumulação baseado na superexploração do trabalho que está à explicação para a distribuição regressiva da renda e riqueza (abismo entre ricos e pobres), no interior dos países latino-americanos, tendo impactos negativos no plano social, que se refletem num elevado nível de desemprego e numa marginalidade crescente, mesmo que as economias da região tenham na indústria seu setor dinâmico no contexto da acumulação de capital.

CAPÍTULO 2

A TEORIA MARXISTA DO IMPERIALISMO E A DEPENDÊNCIA

Após a exposição da análise de Marini sobre as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo dependente, passaremos para a interpretação do processo de acumulação capitalista na economia mundial, no período de elaboração da teoria marxista da dependência. Isto é relevante devido ao papel do desenvolvimento do capitalismo central e suas ações condicionantes, no que se refere ao processo interno de reprodução do capital nos países dependentes.

Para os autores marxistas da dependência, a compreensão da forma de organização do capitalismo na periferia latino-americana liga-se intrinsecamente ao fenômeno da dependência, onde os “[...] remanejamentos e reestruturações permanentes destas economias para atender às demandas e exigências do sistema econômico mundial continuam a ser a essência de sua história”³¹ (DOS SANTOS, 2000, p.110).

Tais exigências, que os países centrais impõem aos países dependentes, decorrem do fenômeno do imperialismo. Neste caso, a dependência formaria com o imperialismo um par dialético, pois representariam uma relação de múltiplas determinações e que se revelaria em uma análise conjunta. Logo, é nesta relação que surge o entendimento sobre o caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual, a fim de elucidar o movimento totalizante deste processo.

Por conta disso, a teoria marxista do imperialismo³² – particularmente a realizada por Rosa Luxemburgo, Bukharin, Hilferding e Lênin - é resgatada e redefinida pelos teóricos da dependência, com o intuito de compreender as principais formas de extração de excedentes dos países dependentes, as novas características das exportações de capitais e o sentido do

³¹ Os autores reconhecem as diferenças culturais, políticas e econômicas destas sociedades. O intuito desta afirmação está em evidenciar uma condição comum aos países da região, logo, semelhantes quanto a sua inserção no sistema capitalista mundial e também às possibilidades para a superação desta situação de dependência.

³² Tais autores analisaram os processos de acumulação de capital e de formação de uma economia mundial, através do uso do método dialético, buscando assim a caracterização das transformações do capitalismo no final do século XIX e começo do século XX. Deste modo, propiciaram as bases teórico-metodológicas ao estudo do imperialismo.

processo de desenvolvimento, pelo qual passou a América Latina, no decorrer das transformações do sistema capitalista mundial.

Partindo desta base teórico-metodológica, os estudos sobre o imperialismo contemporâneo, explicitarão as transformações que ocorreram nesta categoria a partir do pós-guerra, colocando em evidência e dentro de um novo arranjo do sistema mundial, as leis gerais da acumulação capitalista, com ênfase no caráter desigual e combinado de seu desenvolvimento, tanto no interior de um país, como nas diferentes regiões do globo.

No interior da teoria marxista da dependência, tal esforço foi realizado por Theotônio dos Santos mostrando a relação dialética entre imperialismo e dependência, como forma de elucidar o papel condicionante do primeiro para a ocorrência das “deformações” do capitalismo dependente. No decorrer da caracterização de Santos ficam evidentes as manifestações das contradições do capitalismo mundial no interior das economias dependentes, assim, lançando as bases de uma economia política da dependência, em conjunto com a dialética da dependência de Marini – que enfatizou a vigência da superexploração do trabalho e do próprio ciclo do capital na América Latina seguia esta mesma relação dialética entre a dependência e o imperialismo.

2.1 A teoria do imperialismo e os estudos da dependência

A partir de uma análise dialética, como realizada pela teoria marxista do imperialismo, os estudos dentro pensamento marxista, continuou a assinalar os elementos importantes, no decorrer do processo histórico, para a caracterização do sistema capitalista mundial e das relações econômicas internacionais que lhe são inerentes. Nesta perspectiva metodológica, o capitalismo percorre fases sucessivas em seu desenvolvimento, estas determinadas por mudanças qualitativas na estrutura econômica do sistema e fazendo com que as contradições deste se agravem ou se desenvolvam novas contradições.

Esta ideia de fases de desenvolvimento do sistema é produto necessário das leis do próprio sistema e constituem o ponto unificador do imperialismo clássico no marxismo. O significado mais específico desta ideia é que, no desenvolvimento do sistema capitalista, existe uma descontinuidade dentro de um contínuo, já que existem mudanças qualitativas na estrutura econômica do sistema que dão origem a fase imperialista, em que a essência do modo de produção capitalista se conserva. (CAPUTO & PIZARRO, 1974, p.209)

Para Caputo & Pizarro (1974:189-190), ao analisar o sistema capitalista do princípio do século XX, os autores marxistas clássicos, mesmo partindo da economia mundial como uma totalidade, no tocante a análise concreta, acabam por adotar a perspectiva dos países imperialistas, sendo que só fazem considerações marginais no que se refere aos países coloniais e dependentes. Mesmo assim, os autores ressaltam como aspectos necessários e balizadores para o estudo da dependência:

- a ênfase na necessidade de compreensão do sistema a partir da economia mundial capitalista, onde cada um dos países é parte integrante e ativa dela;
- o entendimento do comércio mundial com base na divisão internacional social do trabalho, permitindo estudar as relações de comércio em seu caráter desigual e;
- o caráter que assume o monopólio como elemento governante da economia capitalista.

Resgatando estes aspectos a teoria marxista da dependência representa uma nova perspectiva teórica, agora centrada nos países dependentes, no intuito de capturar a verdadeira dimensão do fenômeno do subdesenvolvimento e das relações econômicas internacionais, pelo exame das sucessivas mudanças produzidas no sistema capitalista mundial³³. Por ser o autor mais trabalhado pelos teóricos marxistas da dependência, Lênin figura como o principal

2.2 Imperialismo: a fase monopolista do capitalismo

Como afirmam Caputo & Pizarro (1974, p.162), “[...] é justamente em Lênin onde aparece, em profundidade e ligado orgânicamente, o fenômeno político e as forças sociais concretas que adquirem sua particular dimensão com o imperialismo”.

Ainda, na interpretação destes autores, a teoria leninista ofereceria três grandes unidades, separáveis analiticamente, que permitem descobrir o caráter essencial desta teoria do imperialismo. Na primeira unidade, se apresenta e discute as mudanças mais importantes que ocorreram nos países capitalistas desenvolvidos; a segunda unidade, relacionada à análise

³³ “Historicamente desde a antiguidade tem existido formações sociais imperialistas e coloniais. No entanto, é apenas na época moderna que essa relação assume um caráter mundial em consequência da integração alcançada pela economia capitalista internacional que, de um lado, produziu um mercado mundial integrado de mercadorias, força de trabalho e capitais e, de outro, uma alta concentração da tecnologia, da produção e dos capitais em um centro hegemônico e em um conjunto de países dominantes.” (SANTOS, 1978, p.26)

do desenvolvimento experimentado pelas relações internacionais e ao papel que joga nesta fase o capital financeiro; e uma terceira unidade, na qual se discutem as tendências futuras do sistema capitalista em sua fase monopolista. (CAPUTO & PIZARRO, 1974, p.123-124)

No início de sua análise, Lênin observa as transformações que se colocam no interior dos países capitalistas desenvolvidos, no final do século XIX e começo do XX, onde o processo de acumulação capitalista ocasionou uma elevada concentração da produção e dos bancos, originando monopólios industriais e bancários. Para o autor, “a obra de Marx, tinha demonstrado com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato.³⁴” (LÊNIN, 2005, p.21)

No entanto a crítica de Lênin, ao movimento de consolidação dos monopólios, estaria na acentuação de contradições do sistema capitalista, que se apresentam pelo desenvolvimento desigual entre os setores produtivos e por conduzir um aprofundamento das crises periódicas do sistema, intensificando ainda mais a concentração e o monopólio. Nas palavras Lênin (2005, p.26), “arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e socialização completa.”

Lênin (2005, p.26) chama a atenção, para um aspecto deste gigantesco processo de socialização da produção, que consistiria na socialização dos processos de inventos e aperfeiçoamentos técnicos. Completa-se, deste modo, o processo de monopolização do capital no seio dos países capitalistas europeus:

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável. (LÊNIN, 2005, p.26)

³⁴ “Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica.” (LÊNIN, 2005, p.23)

Esta nova forma de organização da produção, como ressalta Lênin (2005, p.30), perderia seu significado e também a explicação de sua força efetiva sem o importante papel realizado pelos bancos. Tais agentes expandiram as suas atividades, para além, do simples e inicial papel de intermediários dos pagamentos, aumentando as suas operações devido a um processo de concentração³⁵, que ocasionou uma crescente centralização do capital em poder de um número cada vez mais reduzido de estabelecimentos.

Os bancos convertem-se, de modestos intermediários em monopolistas onipotentes, porque a esta altura dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões. Por esta razão, os novos conglomerados bancários subordinam as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista onde atuam. Lênin aponta três aspectos que levam a subordinação dos capitalistas aos bancos: o primeiro, a capacidade dos bancos em conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas; o segundo, a de controlá-los, pela ampliação ou restrição ao crédito; e, finalmente, decidindo o seu destino, pela determinação da rentabilidade, por privá-los do capital ou permitir seu aumento rapidamente e em grandes proporções. (LÊNIN, 2005, p.35)

Ao mesmo tempo, este grande capital reunido nos bancos, cada vez mais e em maior proporção fixa-se na indústria, convertendo-se em capital industrial. Para Lênin (2005, p.31), este movimento “[...] constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista”. Assim, surge o capital financeiro, que Hilferding (1910 apud LÊNIN, 2005, p.47) colocará nestes termos:

Este capital bancário – por conseguinte, capital sob a forma de dinheiro –, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital Financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam. (LÊNIN, 2005, p.47)

Entretanto, Lênin (2005, p.47) avança em sua caracterização, devido a sua necessidade de qualificar ainda mais esta definição, por não conter o aspecto principal, que correspondia ao “aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que conduz, e tem conduzido, ao monopólio”. Como apontam Caputo & Pizarro (1974, p.124), surge deste predomínio o capital financeiro como capital dominante no conjunto da economia capitalista,

³⁵ “Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os incorporam, subordinam, incluem-nos no seu grupo, no seu consórcio – segundo o termo técnico – por meio da participação no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de crédito etc.” (LÊNIN, 2005, p.32)

que contribui para a consolidação da oligarquia financeira e impõe a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas³⁶.

Estes tributos são representados pelos lucros enormes, devido às operações deste capital financeiro, por exemplo, o aumento sem cessar na constituição de sociedades, a emissão de valores, os empréstimos do Estado, dentre outros. Lucros que de muitas formas se mostram “firmes” até nas mudanças periódicas da produção industrial³⁷. (LÊNIN, 2005, p.53)

Deste modo, os monopolistas, estrangulam todos aqueles que não de submetem aos seus desígnios e suas vontades, portanto, condicionando a nova relação de forças imperante neste período. Nesta perspectiva, ainda que a produção mercantil continue sendo à base de toda a economia, nas palavras de Lênin (2005, p.27), “encontra-se minada e os lucros principais vão parar com os gênios das maquinações financeiras³⁸.”

Com o arrefecimento deste processo, como apontam Caputo & Pizarro (1974, p.126), estes monopolistas podem por em prática a repartição do território nacional (mercados e fontes de matérias-primas) entre elas, num incessante processo de concentração e centralização do capital. Num segundo passo, após “dominarem” seus países, as diferentes associações monopolistas buscam se estabelecer também no território mundial. Com isto, através da utilização de acordos entre estes enormes conglomerados, serão constituídos cartéis internacionais que representam um grau de concentração ainda mais elevado, quando comparados a sua grandeza no processo de partilha dos mercados nacionais de onde se originam.

Neste novo nível de concentração, e com o intuito de repartir os territórios internacionais, estes cartéis internacionais, originados em pouquíssimos países capitalistas na Europa, apresentam como descreve Lênin (2005, p.61) no limiar do século XX, uma

³⁶ “O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existe acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.” (LÊNIN, 2005, p.89)

³⁷ “[...] os lucros do capital financeiro são desmedidos durante os períodos de ascenso industrial, durante os períodos de depressão arruinam-se as pequenas empresas e as empresas pouco fortes, enquanto os grandes bancos participam na aquisição das mesmas a baixo preço, ou no seu lucrativo *saneamento e reorganização*.” (LÊNIN, 2005, p.55, grifo do autor)

³⁸ “As relações de dominação e a violência ligada a essa dominação, eis o que é típico da fase mais recente do capitalismo, eis o que inevitavelmente tinha de derivar, e derivou, da constituição de monopólios econômicos e todo-poderosos.” (LÊNIN, 2005, p.28)

acumulação de capital em proporções gigantescas que se traduz, portanto, em um enorme excedente de capital. Assim, para o autor, o que caracterizava o “velho” capitalismo onde dominava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. Já o que caracteriza o capitalismo moderno, na vigência do monopólio, é a exportação de capitais.

A razão dada por Lênin (2005, p.62), para a necessidade de exportação de capitais, está no fato de que em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital carece de novos campos para sua colocação lucrativa. O capital excedente não se consagra para a elevação do nível de vida das massas destes países, mas para o aumento dos lucros dos capitalistas, principalmente dos monopolistas, que o realizarão com a exportação de capitais para o exterior, em direção aos países atrasados.

Nestes países atrasados o lucro é geralmente elevado, pois se caracterizam por regiões onde os capitais são escassos, o preço da terra e da mão-de-obra são relativamente baixos e as matérias-primas baratas. E como diz Lênin (2005, p.65): “O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo”³⁹.

Esta partilha do mundo será movida pelo capital, através da força, pois como frisa Lênin (2005, p.74), qualquer outra forma de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo, e por isso, em última instância esclarece o sentido histórico-econômico dos acontecimentos. Portanto, Lênin como o faz Bukharin (1916), alude para disputas imperialistas entre as grandes potências, também no campo da batalha militar, logo, o poderio militar garantindo a anexação de novos territórios ou a proteção de áreas de influência⁴⁰.

Destarte, para Lênin (2005, p.89-90), o imperialismo surge pelo desdobramento das características do capitalismo em geral. Logo, o capitalismo se transforma em imperialismo quando chega a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento. Neste patamar, o autor, define o imperialismo como a fase monopolista do capitalismo, pois, por um lado, o capital financeiro originado pela fusão dos monopólios bancários com as associações monopolistas de industriais, e por outro, o movimento de partilha do mundo, dado não mais

³⁹ “Os países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha *direta* do mundo.” (LÊNIN, 2005, p.66, grifo do autor)

⁴⁰ “O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais [...], pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia [...]” (LÊNIN, 2005, p.92)

pela política colonial para regiões ainda não apropriadas, mas sim para uma política colonial de posse monopolista de territórios do globo já anteriormente repartidos.

Esta nova forma de integração mundial, propiciada pela fase monopolista do capitalismo, não fará mais do que preparar novos enfrentamentos internacionais, elevando a um nível superior a principal contradição do sistema: “o caráter cada vez mais coletivo da produção, para atender à necessidade de maiores lucros, e as limitações impostas ao processo produtivo pelo caráter privado da apropriação, que é inerente ao capitalismo como sistema”. (SANTOS, 1977, p.20-21)

Outro aspecto importante, salientado por Lênin, corresponde à tendência ao parasitismo dos países mais ricos. O capital financeiro passa agora a englobar as ações econômicas das economias mais atrasadas, não só nas atividades ligadas a produção e exportação industriais, mas também no crescimento das atividades financeiras, cujas receitas são provenientes de juros e dividendos, comissões e da especulação. A partir disto, Lênin (2005, p.94) define o parasitismo como um regime em estado de decomposição por sua tendência a formação de Estados rentistas cuja burguesia vive, nas palavras do autor, cada vez mais do corte de cupons⁴¹.

Evidencia-se, neste movimento histórico, a manifestação de novas contradições e tendências a partir da contradição principal do imperialismo. Com esta configuração, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior, mas realizando-se com um caráter cada vez mais desigual, pois, realiza uma expropriação crescente dos excedentes nas regiões mais atrasadas e, ao mesmo tempo, aguça as tendências parasitárias das potências capitalistas.

2.3 O Imperialismo Contemporâneo em Theotônio dos Santos

Assim, apesar da dependência se situar no quadro geral da teoria do imperialismo, ela possui uma realidade própria por constituir um movimento específico dentro do processo global, atuando sobre ele também de uma maneira específica. Por isto, para Santos (1978,

⁴¹ Os cupons caracterizariam a proliferação de investimentos de caráter usurário ou especulativo, logo formas de investimentos que se baseiam na compra de direitos sobre um rendimento futuro, que rivaliza ou acaba por deixar para segundo plano os investimentos produtivos. Segundo Lênin, já naquele período, o rendimento dos “rentiers” seria cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais “comercial” do mundo, deixando clara a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista. O mundo teria se dividido num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores.

p.302): “compreender a dependência, conceituando e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, significa não só ampliar a teoria do imperialismo como também contribuir para a sua reformulação”

Como bem resumido por Santos (1970 apud AMARAL, 2007, p.1) é possível distinguir três fases históricas da dependência no caso latino-americano: a dependência colonial, com tradição na exportação de produtos *in natura* e no qual os capitais comerciais e financeiros, em aliança com os estados colonialistas, dominam as relações entre a Europa e as suas colônias. A segunda seria a dependência “financeiro-industrial” que se consolida ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dá por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. E a terceira, consolidada na década de 1970, seria a dependência tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos, forçando estes a importarem bens de capital e tecnologias para o desenvolvimento de suas indústrias e a pagarem *royalties* para a sua utilização.

A primeira forma de dependência, agora sintetizada por Santos, corresponderia ao denominado “velho capitalismo”, onde as relações de comércio estavam pautadas na exportação de mercadorias e com o predomínio da livre concorrência. Já a segunda fase da dependência, correspondente à fase monopolista do capitalismo representaria o “novo capitalismo”, onde os monopólios através da exportação de capitais começam a montar um sistema capitalista mundial, movimento que motivou os estudos dos clássicos do imperialismo marxista.

Finalmente, a terceira fase histórica da dependência corresponderia ao período de consolidação do imperialismo sobre a hegemonia norte-americana e o período de aceleração do processo de industrialização na América Latina. Como aponta Amaral & Duarte (2008, p.6), cada uma destas formas de dependência corresponde a uma situação que condiciona não só as relações internacionais destes países, mas também suas estruturas internas: como a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução de suas economias e, simultaneamente, as suas estruturas políticas e sociais.

É neste ambiente, como demonstrado por Marini em sua *Dialética da dependência*, que a economia dependente vai se convertendo de fato num verdadeiro centro produtor de capital – incorporando sua fase de circulação -, pois com a constituição de um setor industrial “é que se manifestam plenamente nela suas leis de desenvolvimento, as quais representam

sempre uma expressão particular das leis gerais que regem o sistema em seu conjunto” (MARINI, 1973b, p.183-184).

Esta nova realidade, como afirmado por Santos (2000, p.25-6), chocava-se com a concepção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento, abrindo assim o caminho para a compreensão do subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. Para Santos, isso era evidente, pois o avanço da industrialização não eliminou a dependência, mas lhe deu traços mais profundos e contundentes⁴².

O processo de industrialização da região, implantada na década de 1930-40⁴³, nos principais países dependentes e coloniais, ganhou novo impulso com o desenvolvimento econômico do pós-guerra. Estas mudanças, dentro do capitalismo, se realizaram com o aprofundamento das relações existentes, a criação de novas relações e, a introdução de novas contradições e tendências às já existentes. Esta nova etapa é chamada por Theotônio dos Santos de imperialismo contemporâneo. Nas palavras de Santos:

O imperialismo contemporâneo se define como uma nova etapa do capitalismo iniciada depois da segunda guerra mundial que se caracteriza por uma alta integração do sistema capitalista mundial fundada no amplo desenvolvimento da concentração, conglomeração, centralização e internacionalização do grande capital monopólico que se cristaliza nas corporações multinacionais, célula desse processo, e no aumento e aprofundamento do vínculo entre o monopólio e o Estado. (SANTOS, 1978, p.16)

O imperialismo contemporâneo, como seu homônimo do período anterior, é um momento do desenvolvimento do modo de produção capitalista e expressa de modo específico as contradições do próprio sistema capitalista. Sua diferença em relação à fase imperialista analisada por Lênin diz respeito ao alto grau de integração da economia mundial, baseado no desenvolvimento da concentração das forças produtivas e na centralização do controle

⁴² De acordo com essa concepção marxista da dependência, Galeano em sua obra *As veias abertas da América Latina*, a sintetiza de forma brilhante: “O subdesenvolvimento latino-americano não é uma etapa no caminho do desenvolvimento, mas sim uma contrapartida do desenvolvimento alheio; a região progride sem libertar-se da estrutura de seu atraso, [...]. Os símbolos da prosperidade são os símbolos da dependência.” (GALEANO, 1978, p.264).

⁴³ A industrialização latino-americana, dada pelo processo de substituição de importações, ocorreu nos países que tinham condições de fazê-la e foram realizadas com a liderança de seus Estados e do capital internacional. Dentre eles se destacam o México, Brasil, Argentina e em menor grau no Chile e Colômbia. Já as outras nações da região apresentam uma indústria pouco desenvolvida, destacando-se atividades agrário-exportadoras. Para maiores detalhes ver Tavares (2000).

econômico internacional, através da expansão das multinacionais, sob a hegemonia norte-americana (SANTOS, 1977, p.26-27).

Para Santos, esta última característica referente à hegemonia americana⁴⁴, já estabelece o caráter desigual e combinado do desenvolvimento no pós-guerra. Este Estado por deter a maior base econômica relativa estará, segundo o autor, em condição privilegiada para exercer tal hegemonia, impondo a ordem, o poder e a centralização diante da anarquia desintegradora da competição desenfreada no sistema capitalista.

Neste sentido, os Estados Unidos conquistaram uma invejável posição relativa antes da guerra, independentemente do acúmulo ainda maior de vantagens relativas que esta lhe proporcionou. Estas vantagens se apresentam em sua supremacia no que consta aos elementos financeiros, militares, políticos e culturais, tendo papel especial o caráter que toma as relações de produção e reprodução do capital na legitimação deste domínio, pois, na interpretação de Santos, o “fato de que necessita de um centro hegemônico, que imponha e aglutine uma diversidade muito grande de ritmos de crescimentos regionais, revela, desde o começo, seu caráter desigual e combinado.” (SANTOS, 1977, p.31)

Portanto, a explicação para as condições que permitem a estabilidade, e que também as determinam, deve ser encontrada no exame da infra-estrutura do sistema, na busca da célula deste processo mundial. Nas palavras de Santos (1977, p.23), encontramos “[...] esta formação celular na nova unidade produtiva, administrativa, financeira (e em parte política e cultural) do sistema, na empresa monopólica de caráter marcadamente internacional, que se costuma chamar de corporações multinacionais.”

O capital financeiro, no imperialismo contemporâneo, continua exercendo seu papel de facilitador nos processos de concentração e centralização do capital, mas agora com algumas diferenças. No período de Lênin, os bancos concediam liquidez às empresas e países através de empréstimos; agora buscam também se instalarem em outros países, com a abertura de subsidiárias e sucursais de suas casas bancárias. Este movimento foi seguido pelos bancos norte-americanos e europeus.

⁴⁴ Santos (1978, p.49-50), analisando o imperialismo contemporâneo, chama a atenção para três grandes fatores que explicariam a nova posição ocupada pelos Estados Unidos no pós-guerra: o primeiro é de ordem estrutural, pois, o caráter anárquico que se deriva da base concorrencial do capitalismo a induz a resolver pela força esta competição, conduzindo à concentração, à centralização e ao monopólio, realizado pela imposição de um centro hegemônico; o segundo fator, diz respeito às fronteiras do capitalismo, porque no pós-guerra o sistema capitalista se defrontaria não só a um país socialista, mas um bloco socialista, organizando-se com base em uma aliança internacional de classe liderado pelos norte-americanos; e o terceiro foi o caráter cumulativo das posições de domínio ou dependência relativa, dentre elas, a conversão do dólar em moeda internacional e a consolidação de sua hegemonia financeira.

Assim, as corporações multinacionais e os conglomerados bancários, solidificam ainda mais sua dominação no seio dos capitalismos nacionais, primeiramente, nos países dominantes, e, num segundo momento, também em grande parte dos países dependentes. Deste modo, o reforço extraordinário destas relações no plano internacional, levou ao entrelaçamento de todos os países capitalistas numa enorme rede financeira, comercial e administrativa. Logo, “[...] grande parte destas relações passaram a ser intra-empresariais, isto é, as corporações modernas se expandiram tão maciçamente no mundo que se converteram no marco dentro do qual se realiza grande parte das relações econômicas internacionais”. (SANTOS, 1977, p.23)

Com seu caráter de empresa corporativa ela necessita ampliar-se ilimitadamente, dentro ou fora de um grupo econômico, sempre com uma independência relativa. Assim, Santos (1977, p.24) afirma que as decisões fundamentais de financiamento e de expansão são realizadas com certa autonomia, ratificadas pelo seu gigantismo e, principalmente, pelo excessivo volume de excedentes financeiros que dispõem nos planos nacionais e internacionais. Por isso, seus enormes lucros precisam encontrar constantemente novas frentes para a inversão destes capitais.

Todo este movimento caracteriza-se por uma mudança qualitativa na importância relativa dos mercados externos, principalmente dos países periféricos, para o conjunto das corporações multinacionais, constituindo um elemento necessário e determinante da produção, de sua distribuição, da taxa de lucro e do processo de acumulação do capital. Como aponta Santos (1977, p.55), “[...] suas atividades no exterior se fundem com a economia para onde se deslocam, destinando-se não só ao mercado internacional, como também aos mercados internos dos países onde operam, e articulando-se profundamente com a sua estrutura produtiva”.

Estas mudanças refletem-se na própria organização da empresa multinacional, pois os mecanismos de concentração, monopolização e internacionalização, que levam a sua constituição, começam a operar também em suas filiais, motivando um processo de inter-relação, entre a matriz e suas filiais, inaugurando uma nova etapa da economia mundial. A essência desta empresa multinacional se encontra em sua capacidade de dirigir, de maneira centralizada, este complexo sistema de produção, distribuição e capitalização em nível mundial.

Na conceitualização da empresa multinacional devem emergir estes elementos contraditórios [...]. O conceito destas corporações tem que incluir, necessariamente, este processo histórico que as converte em célula de um movimento global e determinado de internacionalização de capital e da economia. Esta internacionalização é, por sua vez, a expressão das tendências à concentração tecnológica e econômica, à monopolização e à diversificação de atividades. Estas tendências constituem a expressão concreta e histórica da evolução da acumulação de capital, segundo as leis do modo de produção capitalista. (SANTOS, 1977, p.56)

Novamente, fica evidente a principal contradição do imperialismo elucidada por Lênin, pois, ao mesmo tempo em que o capitalismo desenvolve as forças produtivas, e com isso leva a uma socialização da produção, o caráter da apropriação dos meios de produção continua a ser privado, assim para Santos (1977, p.56), o imperialismo cria “[...] um impedimento definitivo ao pleno desenvolvimento das tendências que ele mesmo libera”.

Todo este processo é denominado por Santos (1977, p.71) de “contradições do multinacionalismo”, pois no seio da corporação multinacional, misturam-se e tentam conciliar-se interesses contraditórios originados por três ordens estruturais: a economia dominante, a empresa multinacional e a economia local – receptora das filiais e das inversões. É na luta para conciliar estas três estruturas, que encontramos o ponto de origem de uma nova ordem de problemas, decorrentes das manifestações desta contradição principal que a empresa multinacional enfrenta.

De um lado, a empresa multinacional, como uma organização internacional tem seus interesses, estratégias, organização e até certo ponto financiamento próprios. Portanto, reuni condições para empreender seus interesses específicos diante da economia mundial. Isso, teoricamente, evidencia que este tipo de empresa atua com critérios diferentes da economia do seu país de origem. Mas, como ressalta Santos (1977, p.71-72) esta independência de atitude das multinacionais é relativa, porque sua força econômica advém em grande parte do poder da economia nacional de sua pátria-mãe – dentre elas, o papel da moeda local, financiamento, ajuda e proteção estatal.

Já suas subsidiárias, ou filiais, se encontram submetidas à dinâmica global da corporação multinacional e, ao mesmo tempo, à capacidade econômica e as leis de desenvolvimento das economias que passam a operar. Logo, a direção que toma as operações da empresa subsidiárias no interior do país-hóspede, suas fontes de abastecimento e a

nacionalização da sua produção entram em contradição, tanto com os interesses da própria empresa, como das economias dos países dominantes.

Esta situação, explica-se pelo novo caráter das inversões neste novo arranjo do sistema mundial. Para Santos (1977, p.24), o que caracterizaria as inversões de capital no período do pós-guerra é sua nova destinação, que em sua maioria, destinam-se aos setores que produzem para os mercados internos dos países receptores deste capital.

Nos períodos anteriores ao imperialismo contemporâneo, a inversão externa se destinava aos setores ligados à economia exportadora dos países periféricos, com inversões na agricultura, na mineração, nos serviços públicos e transportes, ligados a exportação destinada ao próprio mercado dos países dominantes.

No pós-guerra, este novo caráter das inversões das empresas multinacionais se destinou aos setores ligados tanto as exportações, quanto as manufaturas, traduzindo-se no controle monopólico por parte destas empresas do processo de industrialização nos países dependentes da América Latina⁴⁵, dada pela nova forma de internacionalização do capital.

Vemos, pois, que as corporações multinacionais, ao ampliar a área de operação das empresas internacionais e ao produzir para os mercados locais, criaram uma nova ordenação na economia dos países para onde se deslocaram suas subsidiárias; estabeleceram novos vínculos de ordem econômica, social e política com essas economias. Estes vínculos chegam a afetar seu funcionamento interno e o do país-hóspede, abrindo um novo capítulo na história das relações econômicas internacionais. (SANTOS, 1977, p.70)

Em razão disto, estas corporações só se interessam pela mobilização de seus capitais com o intuito de aumentar o montante e a taxa de lucro em nível internacional, portanto, não buscam uma integração econômica com as economias dependentes onde se instalam. Também faz parte da estratégia dos capitais internacionais, a facilidade na transferência de seus lucros, para seu país de origem ou para outros lugares. Neste ponto, podemos ratificar a observação que faz Marini (2005, p.168), sobre o sentido da industrialização na periferia latino-americana, dado pelo atendimento de uma demanda pré-existente e com uma estrutura seguindo as exigências de mercado dos países avançados.

⁴⁵ Como chama atenção Galeano (1978, p.224): “O interesse das corporações imperialistas por se apropriar do crescimento industrial latino-americano e capitalizá-lo em seu benefício não implica um desinteresse por todas as outras formas tradicionais de exploração. [...] Não sofre a menor modificação o sistema de vasos comunicantes por onde circula os capitais e as mercadorias entre os países pobres e os países ricos. A América Latina continua exportando seu desemprego e sua miséria: as matérias-primas de que o mercado mundial necessita e de cuja venda depende a economia da região.”

Como vimos em Marini, um processo de produção orientado por uma superexploração do trabalho, acaba refletindo no momento da circulação das mercadorias em um distanciamento do trabalhador como produtor e consumidor. Situação recriada a cada avanço do capitalismo na região, cujo foco está na exploração de sua mão-de-obra barata.

Assim, pela própria lógica de seus interesses imediatos, o capital internacional tenta orientar o desenvolvimento econômico dos países dependentes para setores voltados ao mercado internacional ou às camadas de nível de receita mais alta que consomem produtos mais sofisticados. Como destacado por Marini, quando discute o ciclo do capital na economia dependente, estes capitais canalizam-se nos setores de bens de consumo duráveis – com destaque para a indústria automobilística, de eletrodomésticos - e também para os setores da indústria de base (petroquímica, metalurgia), principalmente para o atendimento da demanda desta indústria de bens duráveis.

No entanto, o investimento em países com um atrasado setor de produção de máquinas e matérias-primas industrializadas, significa uma demanda desses bens de produção nos países desenvolvidos. Portanto, a venda de máquinas e de tais matérias-primas industrializadas será controlada, em geral, pelos grandes grupos econômicos; além disso, os créditos para financiá-las obtêm-se nos bancos ou nos governos controlados por estes grupos (SANTOS, 1997, p.75).

Desta maneira, a política desenvolvimentista latino-americana, estimulou a entrada de capital estrangeiro no setor industrial, buscando uma melhora nos termos de intercâmbio pelo incremento de novos produtos em suas pautas de exportações. Somam-se a isto, os empréstimos internacionais e as “ajudas” econômicas contraídos pelos governos da região, que contribuíram como medidas complementares. Tais medidas, na concepção de Santos (1977, p.76), atuavam no sentido de configurar uma unidade de interesses, no plano internacional, entre as burguesias dos países dependentes e dominantes, que se expressavam na divisão do trabalho entre exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas e exportadores de maquinarias, equipamentos e matérias-primas industrializadas.

Neste processo, as filiais montadas no exterior compram seus equipamentos e as matérias-primas elaboradas da empresa-matriz ou de outras empresas do mesmo grupo econômico, levando à criação de novas unidades produtivas⁴⁶. Conseqüentemente, há com

⁴⁶ “Se as economias dependentes pudessem obter um alto grau de autonomia produtiva e desenvolver um importante Setor I (de máquinas e matérias-primas industrializadas), o capital estrangeiro perderia a capacidade de determinar o caráter de seu desenvolvimento e teria uma expressão puramente artificial, que logo seria destruída, fazendo desaparecer a relação de dependência.” (SANTOS, 1977, p.72-73)

isso estímulo ao comércio internacional, estabelecendo-se, assim, no sistema imperialista do pós-guerra, uma relação econômica baseada em uma nova divisão internacional do trabalho.

A nova fase do grande capital apoiado nas corporações multinacionais leva a uma nova divisão internacional do trabalho que supõe um aumento da industrialização das matérias primas e de produtos de menor avanço tecnológico e sua exportação aos centros dominantes, particularmente para os Estados Unidos que se especializaria na exportação de bens e serviços de alto conteúdo tecnológico e de capitais, elevando a níveis altíssimos o parasitismo típico das potências imperialistas. (SANTOS, 1978, p.18)

A potência hegemônica conjuntamente com outros países centrais conforma, assim, o ritmo de desenvolvimento das outras regiões, pois dominam a força de trabalho a preços muito mais baixos em nível internacional, detém facilidades de comercialização de seus produtos e conseguem dos países periféricos apoios governamentais cada vez mais sólidos a uma política de desenvolvimento econômico baseada no capital estrangeiro.

Este “surto” industrializante das zonas periféricas, segundo Santos, ainda que possa apresentar algumas melhorias imediatas – dentre elas a industrialização das matérias-primas e o incremento de novos produtos na pauta de exportação - não representa, nenhuma solução aos problemas do subdesenvolvimento da América Latina, principalmente quando realizadas por empresas estrangeiras, que ficarão com os excedentes criados por estas atividades e os remetendo ao estrangeiro na forma de enormes lucros.

Por todas estas razões, a invasão da empresa multinacional através dos investimentos nos mercados locais destrói as bases de resistência do capital nacional e cria uma nova classe dominante, começa também a determinar a dinâmica do conjunto de seu desenvolvimento econômico, abrindo uma nova etapa em sua evolução histórica. (SANTOS, 1977, p.34)

Para Santos, o canal por onde flui este movimento é o da inversão de capitais em nível mundial, dado por uma fusão entre as inversões privadas (empresas multinacionais) e os empréstimos governamentais. Nesta relação, os governos financiam as primeiras, sejam na forma de empréstimos diretos as empresas multinacionais, sejam através da garantia de mercados para seus produtos, através do financiamento de obras de infra-estrutura, ou através de concessões e outros benefícios como forma de incentivo às inversões.

Destarte, ocorre o aprofundamento e atualização dos mecanismos de expropriação dos excedentes dos países dependentes, resultado dos interesses das corporações multinacionais e,

da expansão da economia mundial que necessita destes recursos para o financiamento do Estado norte-americano, potência hegemônica do sistema. Isto só pode ser realizado com uma exploração excessiva dos países dependentes, o que impede que estas economias reforcem e acelerem seus crescimentos de maneira a dispor dos recursos para uma expansão real da produção, sem necessitar de créditos artificiais⁴⁷. (SANTOS, 1977, p.33)

Mas, devido a esta nova divisão internacional do trabalho e pela exploração excessiva dos países periféricos, a modalidade de créditos artificiais funciona como um motor para a consolidação deste arranjo, pois, de outra forma, não se tornaria viável a conservação do sistema de relações econômicas internacionais. Para Santos (1977, p.33), “[...] sem esta ajuda, o movimento de capitais e o comércio internacional sofreriam uma enorme queda”.

Santos (1978, p.63) aponta que a “ajuda” internacional, destinada a América Latina, que chega ao auge na década de 1960, tinha por objetivos:

a) financiar as inversões norte-americanas onde há escassez de capitais (que são, neste caso, as divisas necessárias para importar os produtos básicos para a criação ou, às vezes, o funcionamento das empresas);

b) financiar, diretamente ou através de meios bancários, as inversões para o exterior, a venda de maquinarias e produtos excedentes, a preços mais altos do que no mercado mundial;

c) desafogar, através de créditos bancários, os balanços de pagamento dos países dependentes, para permitir que continuem dispondo de divisas para participar do comércio mundial;

d) submeter politicamente estes países, que se vêem obrigados a gastarem grande parte de seus excedentes no pagamento dos serviços da dívida externa, e suas energias políticas em renegociações.

Devido a estes objetivos, temos uma acentuação enorme dos ciclos e movimentos de capitais do sistema mundial. Por um lado, isto leva a uma homogeneização de padrões de comportamento devido à unificação do mercado em nível mundial. Mas de outro, possibilita a exploração de grandes diferenças regionais, que levam a acentuar o desenvolvimento de alguns em detrimento dos outros.

O movimento de unificação e homogeneização propicia dialeticamente a desigualdade, pois facilita o movimento de capitais em direção aos centros internacionais mais dinâmicos.

⁴⁷ Tais créditos artificiais, diriam respeito a todas as formas de empréstimos internacionais que as economias latino-americanas tiveram que recorrer ao longo da história. Podemos destacar os empréstimos contraídos perante aos bancos estrangeiros, empréstimos governamentais e junto de organismos internacionais como FMI e Banco Mundial. Mais detalhes ver SANTOS (1977).

Isso se constata devido ao fato destas transformações não terem invertido significativamente as tendências de acumulação nas regiões já desenvolvidas, em razão de apresentarem mercados nacionais mais fortes, facilidades financeiras, dentre outros fatores, que propiciam a atração para si dos capitais. No caso dos países subdesenvolvidos, a atração de capitais se dá com o intuito de realizar uma superexploração de sua mão-de-obra e extrair em seguida os produtos excedentes. (SANTOS, 1977, p.32)

O resultado deste processo evidencia um movimento claro no interior do sistema mundial, que trata de deslocar as atividades produtivas para o exterior do centro dominante sob a forma de inversões nos países periféricos e intermediários. Origina-se assim uma situação de parasitismo que reitera as tendências observadas por Lênin na Inglaterra dos fins do século XIX e começo do século XX.

Como bem resume Santos (1977, p.32), dentro deste sistema capitalista mundial, o subdesenvolvimento dos países dependentes tende a acentuar-se historicamente, pois, mesmo apresentando uma reprodução mais ampla (que pode se traduzir em crescimento econômico), não perde a característica de ser uma economia dependente. Isto ocorre, pois sua reprodução assume esta forma, devido a ser objeto de uma constante superexploração, portanto, mesmo com um relativo “progresso”, cai em uma etapa superior desta exploração. Isso fica evidente, pela passagem de uma etapa agrário-exportadora para uma produção industrial, que levou a uma crise aguda nestes países, aprofundando o caráter dependente de suas economias, pois, o capital estrangeiro assumiu a liderança das inversões industriais nos setores dinâmicos (SANTOS, 1977, p.32).

Esta situação seculariza, para o autor, de um modo diferente a relação entre os países centrais e dependentes, onde estes últimos continuam a propiciar aos capitais internacionais uma base para a extração de lucros elevados, mercados para seus produtos a preços altos e obtenção de matérias-primas e produtos agrícolas a preços baixos. Assim, Santos (1978, p.17), aponta um aumento das contradições entre os interesses que se orientam para crescimento do mundo dependente e os interesses dominantes nos centros imperialistas.

O desenvolvimento do capitalismo como capitalismo monopólico imperialista se converte, dialéticamente, em um impulso a expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, em um limite para esse desenvolvimento. Pois a expansão do capitalismo não produz, em consequência de seu caráter contraditório, uma economia internacional equilibrada e igualitária, sendo a oposição entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente, limitado este em sua capacidade de desenvolvimento, incapaz de resolver nem sequer aqueles problemas de sobrevivência humana elementares que se pôde superar em boa parte nos países dominantes. (SANTOS, 1978, p.26-27)

Neste quadro, conforme Santos (1978, p.305), a dependência caracteriza-se como uma situação condicionante, pois, seria uma situação na qual certos grupos de países apresentam suas economias condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. Esta forma desigual é uma consequência das leis gerais de acumulação de capital, onde o crescimento da economia se baseia na exploração de muitos por poucos e na concentração dos recursos do desenvolvimento econômico social em mãos desta minoria. Isso se traduz em poucos grupos internacionais com alta concentração e centralização do capital, monopólio das tecnologias e técnicas de produção, controle do mercado internacional, dentre outras.

Deriva-se desta situação uma segunda característica, da situação de dependência, ela condiciona nos países dependentes certas estruturas internas que se redefinem em função das possibilidades estruturais das distintas economias nacionais. Nos termos de Santos (1978, p.307), estas economias nacionais não podem condicionar as relações de dependência em geral, mas delimitam dentro deste quadro quais são suas possibilidades de expansão, portanto, as redefinem ao nível de seu funcionamento concreto.

Como vimos em Marini, o funcionamento do processo de produção nas economias dependentes, mostra a essência deste desenvolvimento pautado numa acumulação através de uma superexploração do trabalho, pois, perante as condições dadas pelas potências imperialistas, acaba por ser o único caminho possível para a continuação da reprodução capitalista na região. Deste modo, para funcionar como um sistema capitalista de produção necessita levar ao extremo as contradições entre o capital e o trabalho.

A dependência, no plano teórico, portanto, vai além das interpretações sobre a deterioração dos termos de troca, principal tese da teoria cepalina, no interior de seu sistema centro-periferia. Tal aspecto representa somente uma das manifestações do fenômeno, por isso para Santos, temos que combater qualquer tendência a explicar o subdesenvolvimento e a dependência exclusivamente pelos mecanismos de intercâmbio. (SANTOS, 1978, p.367)

Por esta razão, para o autor, deve-se assegurar que o plano de análise das relações internacionais esteja em outro nível, onde se estabeleça os vínculos dessas relações internacionais com a estrutura econômico-social interna dos países dependentes. Como vimos, a situação de dependência pode mudar, e de fato se altera, com mudanças nas estruturas hegemônicas e também nas estruturas dependentes. Tais mudanças ocorrem sem romper as relações de dependência sendo simplesmente reorientadas, por exemplo, da dependência mercantil a dependência industrial-financeira.

CAPÍTULO 3

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: O DEBATE EM TORNO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Após a apresentação das principais proposições da teoria marxista da dependência, a atenção se voltará neste capítulo à onda crítica a tal teoria – que ocorreu na segunda metade da década de 1970 e começo da década de 1980 –, que foi lançada por autores latino-americanos, porém, tal acontecimento não se restringiu aos pensadores da região em razão da grande difusão na época dos textos de Marini e Theotônio pelo mundo.

Estes questionamentos dirigiam-se contra a concepção de dependência subjacente a esta interpretação. Como visto anteriormente, no interior da teoria marxista da dependência, a dependência seria uma situação condicionante inerente a necessidade do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Neste caso, atuaria sobre os países periféricos bloqueando o desenvolvimento “endógeno” de suas forças produtivas e de seu desenvolvimento social, em razão do fenômeno da superexploração e da transferência internacional de excedentes e, assim, imprimindo leis específicas ao capitalismo dependente.

Destarte, pela ação do imperialismo, a condição de dependência teria como consequência sua própria ampliação a cada nova exigência do capitalismo mundial, e em razão disto, tornaria inviável um desenvolvimento autônomo para os países periféricos. Portanto, através de uma análise pela utilização dos conceitos e categorias marxistas, esta corrente sustenta a posição de que a única alternativa para um desenvolvimento autônomo estaria na superação do sistema capitalista, por intermédio de um projeto socialista.

Esta concepção de dependência suscitou críticas de autores dentro do próprio campo marxista, bem como de outras correntes de pensamento. Apoiados em seus entendimentos da situação de dependência, estes críticos seriam levados a julgar as conclusões anteriormente descritas como equivocadas ou totalmente incorretas em termos teóricos. Para isso, acreditavam que esta vertente representava uma proposta teórica que fazia um uso incorreto do pensamento marxista e, além disso, incorria numa superestimação dos fatores externos em relação aos internos. Diante disso, os expoentes da corrente marxista da dependência

responderam tais críticas, originando o debate sobre a dependência e desenvolvimento na América Latina.

Neste capítulo serão expostas as referidas críticas e buscar-se-á elucidar as respostas dadas pelos autores da vertente marxista, frente a tais questionamentos de forma a reafirmar a importância teórica desta escola no que concerne às questões da dependência e os limites do desenvolvimento periférico. Portanto, através destas réplicas, os autores como Marini, Santos e Bamberger tiveram uma nova oportunidade de expor e esclarecer o sentido e significado das categorias, por eles utilizadas, na caracterização do capitalismo dependente.

No entanto, para ser possível reconstituir o debate em questão, será necessário expor brevemente as interpretações críticas à teoria marxista da dependência, explicitando seu entendimento quanto à condição de dependência, os principais fatores de análise do desenvolvimento capitalista latino-americano e a perspectiva de desenvolvimento para a região. Assim serão abordadas na próxima seção as duas correntes que lançaram seus questionamentos de forma mais significativa: no campo do marxismo, a corrente denominada de “marxismo tradicional” e, dentro dos estudos da dependência, a corrente weberiana da teoria da dependência.

3.1 A dependência e o desenvolvimento para o “marxismo tradicional” e a corrente weberiana da teoria da dependência

Ressaltamos que ao tratar destas correntes, ou seja, do “marxismo tradicional” e da teoria weberiana da dependência, temos apenas o objetivo de tornar inteligível o debate que se deu com as ideias da vertente marxista da dependência. Neste sentido, serão apenas explicitadas, nesta “reconstrução”, as ideias que tenham relevância para o entendimento deste debate.

3.1.1 – O “marxismo tradicional” na América Latina

A primeira destas interpretações está associada à vertente representada pelos esforços teóricos e políticos dos intelectuais e dirigentes dos partidos comunistas vinculados a Terceira Internacional, portanto, presente em toda a América Latina. Seus autores eram correntemente denominados de “marxistas tradicionais”, procedendo as suas teorizações da aplicação

mecânica dos manuais do chamado marxismo revisionista, originado e coordenado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Entre os seus proponentes destaca-se a figura de Agustín Cueva.

Para este autor, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina estaria pautado na articulação de diferentes modos de produção, que se relacionariam ao decorrer das três fases deste desenvolvimento, estas identificadas como: feudal, oligárquica e burguesa. Portanto, o subdesenvolvimento seria um conceito inserido em uma articulação de dois ou mais modos de produção, e que caracterizaria a existência de dois sistemas capitalistas.

Por um lado, existiria um capitalismo avançado conduzido por relações de produção capitalista, por outro, um capitalismo atrasado que apresentaria relações de produção pré-capitalistas, onde cada um apresenta suas próprias características. Como afirma Cueva (1977, p.97), “o desenvolvimento do capitalismo não é outra coisa senão o desenvolvimento das contradições específicas, quer dizer, de um conjunto de desigualdades presentes em todos os níveis da estrutura social”. Logo, tal desenvolvimento não seria um tipo de infração à regra, mas antes uma realização “extrema” dela própria.

Neste contexto, “[...] o desenvolvimento desigual adquire por isso o caráter de uma verdadeira ‘deformação’, ao mesmo tempo, que a exploração e a conseqüente pauperização das massas assumem o caráter de uma ‘superexploração’ [...]”. (CUEVA, 1977, p.99). O autor atribuía um papel importante para os investimentos do centro capitalista, sendo que estes redefiniriam as relações de produção nos países da periferia.

No entanto, este movimento seria contraditório, pois, o desenvolvimento capitalista da periferia estaria subordinado às supostas formações históricas feudal-oligárquicas que resistiriam às transformações que o imperialismo lhe impunha. Para Cueva, o imperialismo teria três efeitos na América Latina: o primeiro era o de desnacionalizar a economia latino-americana com suas conseqüências políticas; o segundo seria o de ocasionar a deformação do aparelho produtivo local; e em terceiro lugar, estes investimentos seriam o veículo para a sucção do excedente econômico na região⁴⁸. (GANDÁSEGUI, 2009, p.285)

O edifício teórico dos marxistas tradicionais, dentre eles o de Cueva, estaria pautado na constatação do desenvolvimento histórico latino-americano desde sua conquista até o século XX. Teria como ponto de partida a acumulação primitiva do capital nessas economias,

⁴⁸ Na melhor escola leninista, Agustín Cueva formularia a tese de desenvolvimento por etapas onde o imperialismo representaria à última e superior etapa do desenvolvimento capitalista, posterior aos seus diversos desenvolvimentos nacionais. Seu movimento em relação à América Latina se daria pelo fluxo de capitais atraídos pela possibilidade de obter superlucros, portanto, o imperialismo em sua formulação teria um papel subordinado no tocante ao desenvolvimento do capitalismo latino-americano.

sendo seguida pelas fases manufatureira e fabril, onde estariam entrelaçados e articulados com outros modos de produção que preexistiram ao capitalismo.

Segundo Cueva, querer explicar o desenvolvimento histórico da América Latina e os efeitos do imperialismo, nas diferentes formações sociais da região, não conduziria a uma caracterização correta da situação de subdesenvolvimento, uma vez que a explicação para o desenvolvimento interno de cada formação social a partir da articulação com outras formações sociais implicaria “limitações inerentes”. Seria para o autor, mais prudente adotar a idéia de que “[...] seria antes a índole de nossas sociedades aquilo que determina em última análise a sua vinculação com o sistema capitalista mundial”. (CUEVA, 1977, p.147). Deste modo, a divisão entre países mais ou menos desenvolvidos era visto como o resultado da presença de formas pré-capitalistas de produção, ainda prevalentes nos países dependentes, sendo sustentadas pelas forças sociais que as operam.

Com isto, para o autor, a categoria da dependência e da superexploração eram “tendências” históricas que não apresentavam uma consistência teórica, sendo esta “base real”, dada pela articulação de modos de produção, que explicaria a condição dos países dependentes no contexto do capitalismo mundial.

Assim, conforme descreve Gandásegui, para Cueva abria-se a perspectiva de uma transformação social devido a um maior desenvolvimento do capitalismo na América Latina, que ocorreria por meio dos investimentos e da modernização, e que acabaria por criar contradições de classe que só poderiam ser resolvidas pelo aparecimento de novas formas de organização social. Tal movimento seria possível pelo estabelecimento de vínculos e alianças entre os sujeitos ou as classes sociais que nutrissem uma postura progressista (GANDÁSEGUI, 2009, p.287).

Para Cueva, as transformações sociais seriam levadas a cabo por uma aliança populista entre capitalistas e operários, porque entendia que as “burguesias nacionais”, surgidas com a política de industrialização na região, representariam uma classe progressista que se opõe ao imperialismo. Ela, em aliança com a crescente classe operária poderia realizar o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, onde as classes dos modos de produção mais avançados pactuam para eliminar as classes dos modos mais atrasados.

Em outras palavras, esta aliança de caráter populista “[...] entre capitalistas (mais progressistas) e operários têm de ser a liquidação dos remanescentes feudais que protegem os senhores feudais e as suas relações de exploração com os camponeses”. (GANDÁSEGUI, 2009, p.291). Com o tempo, e motivado por acontecimentos históricos, o pensamento de

Cueva apresentou algumas mudanças, mas sua interpretação sobre a forma de superação da dependência e do imperialismo não mudariam.

3.1.2 – A teoria weberiana da teoria da dependência

Já a segunda corrente crítica - a versão weberiana da teoria da dependência - tem como principais autores Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra, sendo que o trabalho conjunto dos dois primeiros, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), constitui a base teórica desta vertente. Denominada de versão da interdependência ou do capitalismo dependente-associado de Cardoso e Faletto essa corrente representa, por um lado, uma crítica à teoria do subdesenvolvimento da Cepal, e por outro, dentro do aporte da teoria da dependência, era oposição à interpretação da vertente marxista.

A sua principal proposição estava na importância de uma análise integrada do desenvolvimento, buscando a incorporação de condicionantes extra-econômicos, ou seja, aspectos políticos e sociais, para a explicação da dinâmica do capitalismo periférico. Tinha, portanto, como pressuposto que o desenvolvimento seria, em si mesmo, um processo social, cujos condicionantes estruturais no plano econômico deveriam ser analisados conjuntamente aos processos sociais, numa relação de determinações recíprocas, transpondo as deficiências analíticas que existiam no “economicismo” cepalino.

Isso levaria a uma redefinição da situação de subdesenvolvimento, que para os autores, seria uma circunstância produzida historicamente pela expansão do capitalismo mundial, sendo tal reconhecimento, no momento da análise, indo além das características estruturais das economias subdesenvolvidas. Em outras palavras, isso “[...] supõe que a análise ultrapasse a abordagem que se pode chamar de enfoque estrutural, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de ‘processo histórico’.” (CARDOSO & FALETTTO, 1975, p.21-2).

Este enfoque reconhece que no plano político-social existe algum tipo de dependência nos casos de subdesenvolvimento - dependência que teve início historicamente pela vinculação a expansão dos países capitalistas originários -, mas ressalta que não se deve atribuir aos fatores externos à determinação plena da dinâmica do desenvolvimento, assim, chamando a atenção para os fatores internos de cada país.

Dessa maneira, para os autores, o desenvolvimento seria o resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses

materiais e valores distintos, caracterizados por situações de oposição, consolidação ou superação, assim, dando vida ao sistema sócio-econômico. Em razão disto, as modificações nas estruturas sociais e políticas ocorrem quando diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (CARDOSO & FALETTTO, 1975, p.22)

Pela compreensão destes movimentos e forças é que se constituiria uma análise sociológica do desenvolvimento, pois implicaria “[...] sempre as alterações no sistema social de dominação e a redefinição das formas de controle e organização da produção e do consumo” (CARDOSO & FALETTTO, 2005, p.24-5). Deste entendimento, deriva-se a noção de dependência que remeteria às condições de existência e funcionamento dos planos econômicos e políticos, evidenciando a interação entre ambos, no que se refere aos planos interno e externo aos países. Portanto, como coloca Amaral ao descrever as ideias desta escola:

[...] a percepção dos autores exclui o externo e o econômico como determinantes exclusivos da situação de dependência vigente, acrescentando a necessidade de uma combinação entre estes fatores e os fatores internos e políticos. A idéia é a de que as transformações e mudanças no sentido de condições opostas às do subdesenvolvimento são resultado do tipo de vinculação que as economias nacionais têm com o mercado mundial, sendo que esta vinculação afeta diretamente as alianças internas que se estabelecem e mesmo as alianças dos grupos internos com os grupos externos de dominação. (AMARAL, 2005, p.26)

Deste modo, as formas de dependência têm explicações externas aos países, mas a relação interna entre as classes é o que torna possível e dá fisionomia própria a dependência. Além disso, a própria dinâmica que adquire o sistema econômico dependente, no interior de cada país, “[...] está determinada – dentro de certos limites - pela capacidade dos sistemas internos de alianças para proporcionar-lhe capacidade de expansão.” (CARDOSO & FALETTTO, 1975, p.36).

Em suma, os autores reafirmam que a análise da dependência não deve considerá-la como uma variável externa, mas deve analisá-la pela configuração das relações entre as diferentes classes sociais no interior dos países dependentes. Isso levaria a uma interpretação que deve levar em questão essas relações em cada situação básica de dependência, mostrando a interação entre o Estado, as classes sociais e a produção.

Nesta perspectiva, a superação ou a manutenção das “barreiras estruturais” ao desenvolvimento e a dependência não dependem somente das condições econômicas tomadas

isoladamente, mas sim, do jogo de poder que permite utilizar de forma variável estas condições econômicas. Em outras palavras, a política se apresenta como uma esfera autônoma, sendo que a luta que se exerce no interior dessa esfera encontra no econômico apenas uma forma de manifestação. Isso significa que, para essa corrente, estaria aberta uma porta para o desenvolvimento na América Latina, nos marcos do sistema capitalista, que estariam ligadas as posições políticas e a emergência de novos atores sociais no interior dos países da região.

Para a análise da dependência de Cardoso e Faletto, os fatores sociais e políticos internos conjugados a vinculação “natural” a dinâmica dos centros hegemônicos, poderiam estabelecer políticas que aproveitassem novas oportunidades de crescimento em razão de uma integração das economias periféricas ao mercado mundial. Assim, estes autores formulam a ideia que na situação de subdesenvolvimento a dependência “[...] implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores” (CARDOSO e FALETTTO, 2000, p.508), e supõe, nos casos extremos, “[...] que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas”. (Idem, p.508)

Como ressalta Amaral (2005, p.28), se inclui nesta formulação, “[...] o papel subordinado e associado da burguesia nacional dos países da periferia”, intensificado pela internacionalização do mercado interno, a partir das décadas de 1950 e 1960, com a inserção das multinacionais nestes países. Este momento, denominado pelos autores de fase da “nova dependência”, apresentaria para a burguesia nacional como alternativa sua associação com o capital externo, como forma de garantir o crescimento econômico. Para isso, a burguesia nacional deveria transferir os setores estratégicos e/ou dinâmicos da economia para o domínio das multinacionais (setor de bens de capital e consumo duráveis) e se especializar nos setores subordinados (bens primários e de consumo não-duráveis). Deste modo, a dinamização do desenvolvimento estaria necessariamente sujeita à atuação da burguesia industrial.

Portanto, para Cardoso e Faletto, este processo de associação seria o único capaz de dinamizar estas economias e garantir algum nível de acumulação de capital e crescimento econômico, ainda que de forma concentradora e excludente. Logo, a dependência não seria eliminada, mais seria “minimizada” pela interdependência que existiria entre os centros hegemônicos e as economias periféricas.

Assim, desenvolvimento dependente e associado é, segundo os autores, a única alternativa para que estas economias consigam obter ganhos no comércio internacional, uma vez que a internacionalização das economias e a tendência à unificação dos mercados tornam-se pressuposto fundamental da nova perspectiva imperialista. Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial, torna-se condição *sine qua non* juntar-se a ela para que se consiga conciliar as crises e os ganhos mundiais, com as vantagens competitivas que as empresas pretendem adquirir internamente (TRASPADINI, 1998, p.34).

Em resumo, a corrente weberiana da teoria da dependência, defendia as teses capitalistas do desenvolvimento integrado sustentando a necessidade de uma relação direta de interdependência entre países mais avançados e menos avançados tecnologicamente, onde ambos lograriam um salto qualitativo devido ao desenvolvimento capitalista mundial. Assim, não seria necessário um movimento revolucionário de caráter socialista para a superação da dependência e da situação de subdesenvolvimento.

3.2 As críticas à teoria marxista da dependência marxista e suas réplicas

Essas duas correntes descritas, apoiadas em suas respectivas caracterizações do capitalismo dependente latino-americano e do papel da dependência e do imperialismo, apresentaram, como mencionado, fortes críticas às propostas da teoria marxista da dependência. Elas questionavam basicamente três aspectos desenvolvidos no interior desta vertente: a teoria do valor (do trabalho social) desenvolvida por Marx e utilizada por Marini, a teoria marxista do imperialismo e sua aplicação para o entendimento das contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista na segunda metade do século XX, e finalmente, o papel das classes sociais e as possibilidades de superação da condição de dependência na América Latina.

O principal alvo dos críticos foi às formulações de Marini em sua *Dialética da dependência*, pois, por constituir um novo entendimento para a compreensão do caráter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana, ele mudou o eixo dos estudos sobre o subdesenvolvimento ao buscar sua investigação junto à relação e integração da América Latina no mercado mundial. E para isso, como vimos, realizava a aplicação do método dialético marxista com o intuito de capturar a essência da dinâmica do capitalismo dependente da região. Assim, esta explicação se afastava tanto das interpretações dos

marxistas latino-americanos ligados ao movimento do marxismo revisionista como das teses capitalistas do desenvolvimento integrado.

Deste posicionamento temos o surgimento de dois movimentos críticos: um dentro do movimento marxista latino-americano, com um debate sobre quais seriam os “reais” seguidores do método de Marx, logo, centrado em críticas de cunho teórico, que terá em Agustín Cueva sua forma mais elaborada e contundente; e, um segundo debate, que não era somente teórico, mas também praxiológico, motivado por defensores do capitalismo e críticos do marxismo, neste caso representa um debate entre diferentes propostas políticas, caracterizado por enfrentamentos diretos entre si. Destacam-se neste caso, Fernando Henrique Cardoso e José Serra.

3.2.1 O debate com o “marxismo tradicional”: as críticas de Agustín Cueva

O debate entre essas duas correntes marxistas teve como eixo as questões em torno do conceito de dependência e de seus efeitos sobre o desenvolvimento capitalista. O principal trabalho, dentro da perspectiva do “marxismo tradicional”, seria o de Agustín Cueva intitulado *Problemas e perspectivas da teoria da dependência* (1974), que lançava críticas à teoria da dependência em geral, portanto, não se restringindo a sua vertente marxista⁴⁹.

No que concerne a vertente marxista, Cueva acreditava que a sua contribuição teórica distorcia alguns conceitos centrais do marxismo, pois, mesmo não negando a situação real da dependência, a partir de uma perspectiva histórica, não considerava correto conceber uma teoria da dependência com fins explicativos (GANDÁSEGUI, 2009, p.275). O autor entendia que a dependência e a superexploração eram “tendências” históricas e, como tais, careciam de consistência teórica.

Estas distorções quanto à aplicação do marxismo, para o autor, dizia respeito a uma construção teórica denominada por ele de “neomarxismo” à margem de Marx, que “[...] debilitava inclusive suas críticas feitas às teorias burguesas do desenvolvimento, na medida em que suas impugnações permaneciam, de uma ou outra forma, prisioneiras delas.” (CUEVA, 1974, p.85). Em outras palavras, o estudo da dependência marxista recolocava os

⁴⁹ Como destaca Bambirra (1974, p.12), Cueva em sua crítica a teoria da dependência explicita o seu interesse em sua vertente de esquerda, por isso analisou a contribuição de diversos autores de diferentes correntes teóricas que se debruçaram sobre a análise da dependência. Na perspectiva estrutural-funcionalista destaca-se André Gunder Frank; do weberianismo Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Francisco C. Welfort; e do marxismo Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Aníbal Quijano.

mesmos questionamentos da perspectiva desenvolvimentista, ou seja, as razões do subdesenvolvimento e das insuficiências do capitalismo na região, e, por outro lado, a luta de classes estaria ausente nesta formulação. Para o autor,

Entre os problemas que esta corrente apresenta está, naturalmente, a que deriva do uso totalitário dos conceitos *dependência* e *dependente*, cujos limites de pertinência teórica jamais foram definidos e cuja insuficiência teórica é notória, sobretudo quando se trata de elaborar vastos esquemas de interpretação do desenvolvimento histórico da América Latina. (CUEVA, 1974, p.93 – grifo no original)

Para Cueva isso ficaria evidente quando se analisa o teor da obra de Marini. Em seu afã de manter-se fiel a teoria da dependência, este autor acabaria por estilizar tanto as situações que terminaria trabalhando com modelos ao invés de leis. Assim, ao longo de sua *Dialética da dependência*, apresenta muitos problemas em razão da análise centrar-se na inquietude de saber se entre o capitalismo denominado clássico e o dependente existiria realmente uma diferença qualitativa que autorizaria uma formulação de leis específicas para um e outro (CUEVA, 1974, p.99).

Em razão disto, Cueva não veria uma consistência teórica na descrição da situação específica do capitalismo latino-americano, realizada por Marini, que explicita uma estrutura produtiva baseada na superexploração do trabalho, a cisão das esferas de consumo e a tendência de expansão para fora que levaria ao subimperialismo. Para Cueva, isso poderia representar um “carregamento” das tintas pela parte de Marini, a fim de operar os seus modelos.

No que se refere à Theotônio dos Santos, na visão de Cueva, este estabeleceria uma polêmica com o legado de Lênin, quando propõe que a teoria do imperialismo deveria ser reformulada para abarcar a situação da dependência na periferia. Esta ação, para Cueva, colocaria a teoria da dependência em órbita distinta das contribuições teóricas do marxismo-leninismo. (CUEVA, 1974, p.89)

Cueva sustenta que tanto a dominação e exploração imperialista, como a articulação de modos de produção em cada formação social da região, determinam que as leis próprias do capitalismo se manifestem nelas de maneira mais ou menos acentuadas, mas não aceita que ela implique em diferenças qualitativas que possam constituir um novo objeto teórico e que possua leis próprias. Deste modo, a dependência não levaria a constituição de um modo de

produção *sui generis*, denominado por ele de “modo de produção capitalista dependente” (CUEVA, 1974, p.100-1).

De certa forma, isto remeteria a outro problema observado por Cueva, que estaria num tratamento não-dialético das relações entre o externo e o interno, levando a postulação de esquemas mecânicos, nos quais as determinações externas teriam um papel preponderante. Logo, consiste num erro da teoria marxista da dependência, “tratar de explicar sempre o desenvolvimento de uma formação social a partir de sua articulação com outras formações sociais” (CUEVA, 1974, p.108).

Buscando ilustrar o seu questionamento, Cueva toma como exemplo a formulação de Marini, pela qual sustenta que na relação entre países industrializados e países dependentes se encontra a chave para entender as diferenças do desenvolvimento destas duas áreas. Portanto, a relação que propicia a implantação do modo de produção especificamente capitalista na Europa – produção de mais-valia relativa – e, em contrapartida, nos países dependentes, como frisa Cueva, estabeleceria em Marini um modo de produção baseado na superexploração e que se converteria num freio para o desenvolvimento dos países da América Latina. Perante isso, Cueva sustenta que:

[...] a novidade do esquema de Marini não está em indicar a existência de um intercâmbio desigual entre as nações, com a conseqüente transferência de valores e, em última instância, de mais-valia [...]. O novo está em estabelecer uma relação direta entre a articulação países industrializados – países dependentes (causa) e o desenvolvimento interno de cada uma dessas economias que daí se deriva (efeito). É neste ponto, precisamente, onde o esquema de Marini se torna questionável, não por falta de coerência lógica nem força ideológica, mas porque a realidade histórica resiste a se encaixar nele. (CUEVA, 1974, p.110)

Em outras palavras, o esquema de Marini antes de representar, segundo Cueva, um processo de abstração que resultaria no descobrimento de verdadeiras leis, corresponderia a generalizações cujo estatuto teórico não estaria totalmente determinado. Isto ocorreria por ele não definir os objetos nos quais recaem a sua investigação, isto é, no que denomina de “economia clássica” e “economia dependente”. (CUEVA, 1974, p.111)

Por conta disso, para o autor, se evidenciaria as fronteiras insuperáveis pelas quais se moviam toda a teoria da dependência, principalmente no ensaio de Marini, que estaria no “desejo inveterado” de explicar o desenvolvimento interno de cada formação social a partir de sua articulação com outras formações sociais. Tal procedimento acabaria por eclipsar o caminho correto da análise, que para Cueva (1974, p.112), seria o estudo das formas de

existência concreta de certas sociedades e de suas particularidades. Perante isso, Cueva coloca a seguinte pergunta: Não será a índole de nossas sociedades a que determina, em última instância, sua vinculação ao sistema capitalista mundial?

Diante destes problemas, Cueva postula que a teoria da dependência estaria fadada ao esquecimento devido as suas inconsistências teóricas, representando um retrocesso nas análises do desenvolvimento capitalista na América Latina, pois, seu próprio caminho já estaria cheio de mistificações devido aos resquícios das contribuições do desenvolvimentismo que lhe estariam entranhadas.

3.2.2 A réplica de Marini e Bambirra ao “marxismo tradicional”

Frente a estas críticas, os autores da teoria marxista da dependência, lançaram suas réplicas. No caso de Marini, seus enfrentamentos com Cueva deram-se de várias formas, ou seja, em congressos, nas salas de aula e em publicações durante toda a década de 1970, sendo que em seus textos não se referia diretamente a Cueva, optando por um debate com o denominado “marxismo tradicional” em seu conjunto, onde criticava seu caráter dogmático.

Tal réplica foi sistematizada por Vânia Bambirra num texto intitulado *Teoria da Dependência: Uma Anticrítica* (1978), no qual responde a grande parte destes questionamentos⁵⁰. No decorrer do texto mostra os equívocos de interpretação que as críticas de Cueva continham, por atribuir aos teóricos marxistas da dependência posições que nunca defenderam, dentre elas, uma polêmica com a interpretação leninista do imperialismo e, também, uma supervalorização dos fatores externos em relação aos internos.

Bambirra começa por rebater a afirmação de Cueva de que a vertente marxista da teoria da dependência constitui um “neomarxismo” à margem de Marx. Para a autora, pode-se até entender como um procedimento adequado aos que se consideram marxistas reivindicarem, dos que também se consideram como tais, a pureza e rigor em suas análises, mas o que era inaceitável em tal questionamento seria a acusação de existência de um ecletismo nesta formulação teórica, por partir da problemática levantada pelos estudos desenvolvimentistas da Cepal.

⁵⁰ Este texto de Vânia Bambirra foi elaborado com a contribuição dos demais autores da teoria marxista da dependência, ou seja, Marini e Santos. No início do texto ela escreve: “[...] meu agradecimento aqueles companheiros com os quais mantenho no curso de vários anos um intenso diálogo sobre o caráter e as perspectivas da revolução latino-americana e que novamente tiveram a paciência de ler e discutir este trabalho; refiro-me a Ruy Mauro Marini e a Theotônio dos Santos.” (BAMBIRRA, 1974, p.3)

Para Bamberger (1974, p.11), os estudos marxistas da dependência incorporaram criticamente os avanços do desenvolvimentismo como, por exemplo, algumas categorias de análise que ajudavam na compreensão de determinados fenômenos, mas com a preocupação em precisá-los em função de um maior rigor analítico, portanto, não representando nenhuma espécie de “neomarxismo”.⁵¹ Conforme a autora:

Desde o ponto de vista estritamente marxista, não há nada de deplorável nisso: foi o próprio Marx quem melhor supôs “roubar” várias das categorias analíticas burguesas e precisá-las de acordo com a sua concepção. Todos sabem que o marxismo é em boa medida um produto da assimilação crítica e da superação da economia clássica burguesa. (BAMBERGER, 1974, p.11)

Deste modo, a teoria marxista da dependência segue movendo-se no “[...] campo problemático imposto pela corrente desenvolvimentista” (BAMBERGER, 1974, p.21), nisso Cueva estava certo, mas esta problemática não foi colocada pelo desenvolvimentismo em si, mas decorre basicamente da dicotomia entre desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Bamberger (1974, p.21-2) destaca que o pensamento desenvolvimentista teve que tratar muitos problemas originados pela situação de dependência, mas o fez sobre uma ótica burguesa.

Com isso, não haveria a necessidade da teoria marxista da dependência inventar uma problemática nova, pois, ainda estavam pendentes questões referentes ao desenvolvimento, a miséria, o analfabetismo, a descapitalização, a dívida externa, dentre outros. Ou seja, esta corrente fazia todo um percurso analítico que o desenvolvimentismo não pode fazer, em razão do alcance de seu arsenal teórico, sendo dada pelas contradições do capitalismo dependente, pelo papel do imperialismo e pela estratégia revolucionária para os oprimidos do sistema.

Em relação ao papel do imperialismo, Bamberger aborda a “suposta” polêmica, existente aos olhos de Cueva, devido à posição de Theotônio dos Santos sobre o imperialismo e o legado teórico de Lênin, por destacar que a teoria do imperialismo deveria ser reformulada para abarcar a teoria da dependência. Na interpretação de Cueva este movimento correspondia a um distanciamento das contribuições teóricas do marxismo-leninismo. Novamente este marxista “tradicional” cometeria um equívoco, segundo a autora, ao tentar invalidar a contribuição de Santos através de uma crítica pontual e limitada.

⁵¹ Bamberger (1974, p.11) ressalta uma vertente dos estudos da dependência, que não chegou a formular uma teoria, onde seus autores não lograram uma ruptura com o desenvolvimentismo. Seria a corrente estruturalista dos estudos sobre a dependência, sendo suas maiores expressões Osvaldo Sunkel e Aníbal Pinto. Para maiores detalhes sobre estas contribuições ver SUNKEL (1969) e PINTO (1970).

Como nos aponta Bambirra (1974, p.17-8), a colocação de Santos busca o caminho inverso, ou seja, o de integrar a teoria da dependência no interior da teoria do imperialismo. Quando se refere à necessidade de reformular a teoria marxista do imperialismo, não o faz no sentido de que ela estaria equivocada, mas que deveria ser ampliada de forma a englobar a teoria da dependência em seu contexto geral. Isso seria necessário, pois, a teoria da dependência ao ter uma “legalidade concreta”, que justifica seu status teórico, atuaria sobre o contexto global que abarca a teoria do imperialismo, procedendo a sua ampliação e reformulação, porque, “[...] quando em uma teoria se introduzem elementos novos, se a reformula”. (BAMBIRRA, 1974, p.18)

A partir disso, Bambirra passa à análise dos questionamentos de Cueva à *Dialética da dependência* de Marini, para mostrar a originalidade do trabalho e sua contribuição para a análise das leis específicas do capitalismo dependente, ou seja, a sua pertinência como análise teórica, dentro do exame das contradições do capitalismo num contexto geral. Segundo Bambirra:

Há algo que é substantivo (capitalismo) e algo que é adjetivo (dependência). Isto é absolutamente correto, mas não nos exime de buscar as especificidades que este adjetivo envolve e pensar que depois de Karl Marx escrever *O Capital*, tudo está claro sob o sol. Ser marxista é ser criador, não um mero repetidor de textos; é saber utilizar o método dialético para fazer um estudo concreto de uma situação concreta. (BAMBIRRA, 1974, p.27)

Portanto, a teorização de Marini busca, segundo a autora, no uso do método dialético explicar as leis de movimento específicas que assume o modo de produção capitalista nas sociedades dependentes. Isto de fato está em total discordância com a posição de Cueva que, como vimos, não reconhece estas especificidades. E, como já destacado anteriormente, a grande contribuição de Marini, a teoria marxista da dependência, foi ter demonstrado como a superexploração do trabalho configura uma lei de movimento própria do capitalismo dependente. Logo, o fenômeno da superexploração pode ocorrer nos países capitalistas desenvolvidos, inclusive intensificando-se nos períodos de crises, mas como aponta Bambirra, “[...] o específico dos países dependentes é que esse fenômeno ocorre de maneira permanente e sistemática”. (BAMBIRRA, 1974, p.27).

Como aponta Gandásegui, a crítica de Cueva ao dizer que a categoria da superexploração carece de consistência teórica não procede, visto que não seria o caso de um fenômeno estritamente comum a todo o capitalismo, pois, ao mesmo tempo, que esta

modalidade “funciona” para a economia capitalista mundial, ela “altera” a economia latino-americana (GANDÁSEGUI, 2009, p.282). Ainda sobre este ponto, Bambirra (1974, p.28) ressalta que a superexploração não significaria o mesmo que o processo de pauperização do trabalhador, como interpreta Cueva, pois a pauperização se remete às condições de vida do trabalhador e a superexploração à condição do trabalhador no processo produtivo.

Marini busca precisar na análise da superexploração, em toda a sua extensão e seu significado, o essencial para compreender sua dimensão no processo produtivo na América Latina, em outras palavras, sua “[...] preocupação estava relacionada com a forma na qual as relações sociais de produção capitalistas produzem excedentes (mais-valia) e como estes se transformam em lucros” (GANDÁSEGUI, 2009, p.280).

Deste modo, segundo Gandásegui, quando Cueva diz não existir consistência teórica neste conceito, buscou atacar um dos pilares básicos para a análise da condição dependência e de subdesenvolvimento nas regiões periféricas, e assim, contribuiu para uma regressão no plano teórico, personificada por interpretações que pretendiam entender o subdesenvolvimento como uma consequência do atraso - este relacionado ao conflito entre um capitalismo avançado e um capitalismo atrasado -, como o próprio Cueva e seus partidários defendiam nos anos de 1960 e 1970.

Outro aspecto ressaltado por Gandásegui (2009, p.276), na interpretação de Cueva, é seu equívoco em associar à Marini o uso do termo “modo de produção capitalista dependente”, que em nenhum momento aparece na *Dialética da Dependência*. Para Marini, o capitalismo dependente apresenta-se como um capitalismo *sui generis*, em razão do processo de produção se utilizar mais do aumento da exploração que do aumento da produtividade do trabalho, logo, não representa um “modo de produção *sui generis*” como Cueva o interpretou.

Para Bambirra, Cueva não demonstra de onde residem as insuficiências explicativas dos conceitos e termos utilizados por Marini, uma vez que, em nenhum momento discute a pertinência teórica deles. Acaba se restringindo ao argumento de que não haveria espaço teórico para a formulação de uma teoria da dependência, marxista ou não (BAMBIRRA, 1974, p.28).

Tal argumento seria o fundamento do ataque de Cueva ao percurso teórico seguido por Marini, já que em sua visão representa um beco sem saída devido a uma manipulação de modelos com a pretensão de transformarem-se em leis, além disso, não definindo os objetos de onde partem sua interpretação. Como vimos, para Cueva constitui um grave erro

estabelecer uma relação direta entre a articulação dos países centrais e os países dependentes e o desenvolvimento interno de cada uma dessas economias.

Diferentemente deste posicionamento, como vimos, Marini e os demais autores da vertente marxista entendem que o subdesenvolvimento capitalista é o resultado da própria lógica do desenvolvimento capitalista. Logo, para o entendimento do capitalismo na América Latina, se torna necessário desentranhar o problema da circulação e seu impacto na constituição dos processos internos de produção, como forma de apreender o papel condicionante do capitalismo mundial, que levou Marini a constatar que nos países centrais o momento da produção determina todo o ciclo, sendo diferente no caso dos países dependentes, onde a circulação ainda define o processo de produção.

Em resumo, isso permite que a força de trabalho na periferia seja objeto de uma superexploração, pela busca incessante de incremento da massa de mais-valia, que novamente por intermédio da circulação, em parte, se transfere para os países centrais, na forma de lucros e juros, tornando-se uma condição necessária do capitalismo mundial. Assim, a afirmação de Cueva novamente se mostra equivocada. Para debelar tal crítica, Santos afirma que:

Uma leitura séria de Marx jamais autorizaria esse tipo de interpretação do marxismo. Ele sempre chamou atenção para o caráter internacional do modo de produção capitalista e considerou o comércio mundial como condição necessária da acumulação primitiva capitalista. Marx jamais autorizaria uma concepção classista que colocasse em oposição à análise das economias nacionais e o estudo de sua articulação com a economia mundial. Ele sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se em seus Estados nacionais. (SANTOS, 2000, p.50-1)

Neste sentido é possível contrapor-se à proposição que atribui à teoria marxista da dependência uma supervalorização dos fatores externos perante aos fatores internos. Bambirra, diante da interrogação de Cueva sobre a índole de nossas sociedades determinarem em última instância sua vinculação ao sistema mundial, acena como uma proposição correta, mas para absorver todas as implicações desta questão deve-se ter em consideração um dado histórico: as populações nativas da América Latina não tiveram condições de resistir à conquista e foram subjugadas pelos colonizadores europeus, por conta de seu atraso no que se refere às forças produtivas. Estes trataram de explorar a mão-de-obra nativa e os recursos naturais, adaptando-os a sua dominação e redefinindo as condições de produção interna em

função das necessidades de expansão do sistema capitalista das nações dominantes. (BAMBIRRA, 1974, p.29)

Portanto, essa corrente não faz um “uso inveterado” das determinações sociais entre as diferentes nações, como sustenta Cueva, mas sim percorre o caminho para a apreensão das leis gerais do sistema capitalista, e de seu papel condicionante na dinâmica interna de produção nas regiões dependentes, que devido ao processo histórico, origina leis específicas dentro do contexto geral. Ou seja, como coloca Gandásegui, representa uma relação dialética entre o interno e o externo, onde a luta de classes está presente, pois, além de um quadro ocupado por noções econômicas, a teoria marxista da dependência, incorpora o elemento político, ao falar do papel das “massas exploradas” (GANDÁSEGUI, 2009, P.285).

Por último, no entendimento de Bambirra, Cueva ao decretar o “esquecimento” da teoria da dependência, mostra desconhecer a importância deste arcabouço teórico, ao se apegar a seus equívocos tanto interpretativos como teóricos. Deste modo, não consegue compreender nesta visão crítica do desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo como um bloqueador do desenvolvimento das forças produtivas nas nações dependentes, o fenômeno da superexploração como algo permanente nas regiões periféricas e, como decorrência destes, a transferência internacional de excedentes. Assim, contra um pretenso “esquecimento” da teoria da dependência, Bambirra sentencia:

A teoria da dependência será algum dia, que espero não tarde muito, peça do museu do pensamento dos antigos povos oprimidos. Mas para que isso ocorra é necessário primeiro que sejam superadas as condições que a fizeram necessária: o capitalismo dependente. (BAMBIRRA, 1974, p.29)

3.2.3 A ofensiva do “neodesenvolvimentismo” sobre a teoria marxista da dependência e a resposta de Marini.

Os esforços para a contestação da interpretação da teoria marxista da dependência, nas décadas de 1960 e 1970, não ficaram restritas aos questionamentos dos “marxistas tradicionais”, pois, como o próprio Cueva (*apud* Marini, 1990, p.132) admitiria anos mais tarde, “[...] nunca achamos que as nossas críticas de meados da década de 1970 à teoria da dependência, que pretendiam ser de esquerda, poderiam se somar ao aluvião direitista que depois se precipitou sobre aquela teoria”.

Houve também uma ofensiva crítica que vinha da vertente weberiana dos estudos da dependência, que diferentemente da crítica marxista, não apresentou somente uma contestação teórica, mas também uma oposição ideológica. Como destacado anteriormente, os principais expoentes da corrente weberiana da teoria da dependência, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra, tinham uma visão da situação de dependência pautada na idéia de um desenvolvimento capitalista associado.

Nesta proposição, a dependência é vista como uma situação irreversível, como parte de um processo econômico ditado pela interdependência entre as diversas nações. Portanto, os países dependentes teriam como alternativa a integração com o mercado internacional, como forma de ter acesso às inovações tecnológicas, por meio do fluxo de investimentos estrangeiros, e, assim, dinamizar suas economias e melhorar as condições de vida da população. Logo, esta corrente sustenta uma visão funcionalista do sistema capitalista.

Ao contrário, a teoria marxista da dependência, sustentava uma visão anticapitalista, em razão do caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual, onde, um maior desenvolvimento do capitalismo “reclama” por uma maior superexploração do trabalhador na periferia, em particular os trabalhadores latino-americanos. Deste modo, a única solução seria a superação da relação de dependência e a construção de uma nova forma de acumulação em benefício dos trabalhadores.

Prontamente, estas divergências se transformaram em um embate teórico e uma luta política direta. Tal disputa foi iniciada pelos autores da vertente weberiana, através de um artigo de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, intitulado *As desventuras da dialética da dependência* (1978), texto que realiza uma crítica contundente ao texto *Dialética da dependência* de Marini. Para estes autores, o interesse estava em criticar as explicações econômicas, fundamentadas “pobremente” na teoria marxista, que sustentariam práticas políticas equivocadas (CARDOSO & SERRA, 1978, p.36).

Diante deste texto, Marini escreve uma réplica aos questionamentos de Cardoso e Serra, lhe dando o nome de *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando H. Cardoso e J. Serra)* (1978), onde responde aos questionamentos destes críticos reafirmando a consistência de sua proposta teórica e sua pertinência para a caracterização do capitalismo dependente latino-americano. É este debate que será analisado nas próximas seções.

3.2.3.1 As desventuras de Fernando H. Cardoso e José Serra

Cardoso e Serra (1978, p.35) sustentam que uma construção teórica que não consegue interpretar a realidade e as transformações sociais, e por isso, se esconde atrás de leis, contradições e lógicas imaginárias mesmo que pareçam revolucionárias na retórica, apenas contribuem para consolidar a ordem existente. Esse comportamento e estas implicações, para os autores, incorriam os que se “aventuram” na criação de uma dialética da dependência. O mais “aventurado” neste caminho foi Marini que, para os autores, “[...] foi quem apresentou o quadro explicativo mais geral para dar consistência às análises e para prescrever a partir delas a ação política”. (CARDOSO & SERRA, 1978, p.36).

O caminho trilhado por Cardoso e Serra foi, portanto, de contestar a força teórica da dialética da dependência como método explicativo para discernir as leis de movimento que explicam e relacionam os processo e fenômenos que compõem este percurso teórico. Assim, buscam explicitar o que seriam para eles os erros teóricos cometidos na construção da situação de intercâmbio desigual, na ocorrência da superexploração do trabalho, em seu reducionismo econômico e o fenômeno do subimperialismo na América Latina.

Os autores começam pela análise do intercâmbio desigual, que representava segundo Marini um avanço em relação à teoria cepalina, que, desde a publicação de Prebisch na década de 1940, sustentava a idéia de deterioração dos termos de troca no comércio entre os países periféricos e os países capitalistas centrais. Para Cardoso e Serra, o efeito foi o inverso obscurecendo mais ainda o problema, pois, Marini nem sequer teria extraído o que de melhor havia na explicação cepalina. Nas palavras dos autores:

[Prebisch] Não fazia derivar do comércio em si a diferença de preços relativos entre a indústria e a agricultura, nem desconhecia os avanços relativos maiores do progresso técnico na indústria, embora não menosprezasse (como faz erroneamente Marini) a ocorrência de progresso técnico também na agricultura e na mineração. Introduzia no seio da explicação, contudo, um elemento que se Marini tivesse aproveitado bem os textos cepalinos teria certamente utilizado: a luta de classes é o componente dinâmico na explicação do fenômeno. (CARDOSO & SERRA, 1978, p.45)

Logo, por trás do fenômeno da deterioração dos termos de troca, estariam para estes autores, por um lado, a capacidade de luta dos trabalhadores industriais do centro e a defesa por parte dos empresários de seus interesses monopolistas e, por outro, a fraqueza relativa de

ambos na periferia. Deste modo, como defendem os autores, por negligenciar isso e buscar detectar essa deterioração no processo produtivo, Marini propõe uma “bizarra teoria” do intercâmbio desigual confundindo este fenômeno com o da deterioração dos termos de troca. (CARDOSO & SERRA, p.45)

Tal confusão estaria relacionada a um “tropeço” de Marini na utilização das categorias econômicas marxistas, dentre elas, as de produtividade do trabalho, de taxa de mais-valia e de taxa de lucro. Para os autores, Marini comete erros por sustentar o caráter contraditório da inserção latino-americana e com um único golpe resolver duas dificuldades na relação centro-periferia. Ou seja, as economias latino-americanas com suas exportações de alimentos tenderiam a baixar a taxa de lucro nos países centrais em razão da redução da composição de valor do capital variável, ao mesmo tempo, que contrabalançaria essa tendência por baratear, em valor, o capital constante empregado nos países centrais. (Ibidem, p.47)

Este raciocínio, para Cardoso e Serra (1978, p.48), mostra-se duvidoso porque Marini inverte a análise, ao tomar como causa uma tendência que supõe teoricamente existir. Isso, porque, na visão dos autores, a ideia de que as exportações latino-americanas ao baratear o capital variável e simultaneamente ao elevar a composição orgânica do capital, gerariam uma tendência de queda da taxa de lucro, seria afirmar justamente o oposto do que de fato ocorre, revelando assim uma incompreensão dos conceitos marxista.

Outro erro, na concepção de Cardoso e Serra, encontra-se no mecanismo de transferência do valor, que Marini sustenta existir nas relações centro-periferia. Tal fato ocorreria devido ao incremento de produtividade nos países centrais serem maiores que na produção latino-americana, tendo impactos na diminuição dos valores individuais das mercadorias produzidas. Mas ao transferir em menor medida aos preços, estes ganhos de produtividade, os países centrais operariam uma transferência de valor a seu favor, em razão dos países centrais venderem seus produtos a um preço superior ao seu valor. A partir disso, faz Marini, numa segunda etapa do raciocínio, sustentar que a taxa de lucro nos países industrializados aumenta enquanto a taxa de lucro na periferia cai.

Em primeiro lugar, os autores acham o problema da transferência de valor, através do comércio exterior, uma questão muito complicada que Marini numa exposição muito “ligeira” dá por resolvido. E essa dificuldade, para Cardoso e Serra, se explica pelo “[...] fato de que não havendo mobilidade da força de trabalho fica difícil estabelecer-se, em escala internacional, o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, [...] crucial como requisito para a operação da lei do valor”. (CARDOSO & SERRA, 1978, p.49)

Mas independente disso, o erro central da análise, estaria em atribuir que o aumento de produtividade na produção de bens manufaturados nos países centrais implicam numa redução da taxa de lucro na periferia. Para os autores isso seria descabido, por acharem que a importação de produtos manufaturados seriam realizadas pelo mesmo preço por unidade de produto. Deste modo, para os autores:

O que ocorre de fato não é o encarecimento absoluto dos produtos industriais, mas a manutenção de seu preço de venda, apesar da queda do seu valor unitário. A diferença, obtida pelos ganhos de produtividade, distribui-se, conforme o avanço da luta de classes entre os trabalhadores e os capitalistas dos países industrializados. Assim, o centro se enriquece e a periferia empobrece, mas *relativamente*. Este processo não afeta a taxa de lucro na periferia [...]. (CARDOSO & SERRA, 1978, p.49 – grifo do autor)

E continuam a afirmar textualmente que:

Convêm reiterar que o intercâmbio desigual implica deterioração dos termos de troca para um país determinado quando e somente quando, *ceteris paribus*, o aumento da produtividade na produção dos seus artigos de exportação é transferido aos preços. Quando o intercâmbio desigual se dá pelo aumento de produtividade nas atividades exportadoras dos países que com ele comerciam (sem transferência aos preços), não há, *ceteris paribus*, deterioração dos termos de troca. Marini, não só menospreza o papel do progresso técnico na exportação da periferia, coisa que Prebisch e qualquer historiador ou economista bem informado nunca fez, como atribui a deterioração dos termos de troca dos países periféricos ao intercâmbio desigual causado pelo aumento da produtividade (não transferido aos preços) nas atividades exportadoras dos países centrais. (Ibidem, p.50)

Assim, ao ser descabida a idéia da redução da taxa de lucro dos capitalistas da periferia, por intermédio do intercâmbio desigual, o seria também a idéia de que somente com uma superexploração do trabalho e o aumento físico da produção salvariam a acumulação capitalista do colapso que a dependência impõe.

Cardoso e Serra (1978, p.50-1) expressariam que toda a análise da “superexploração necessária” estaria baseada num pressuposto gratuito, que corresponderia a uma situação onde o aumento da produção exportadora da periferia se realiza em condições de produtividade decrescente (ou estagnada), que serviria de hipótese básica para Marini explicar a tendência de intensificação ou extensão da jornada de trabalho, supondo-se salários constantes.

Mas logo em seguida, os autores sentenciam o porquê da sucessão de equívocos de Marini ao desvendar o “segredo do intercâmbio desigual”. Para eles, Marini estaria

confundindo a todo tempo deterioração dos termos de troca com intercâmbio desigual, mecanismos que não representam a mesma coisa. Por isso, Cardoso e Serra definem estes conceitos, sendo o intercâmbio desigual a relação entre a produtividade e os preços, atentando-se para a evolução dessa relação e, o conceito de deterioração dos termos de troca, faria referência às variações das relações de preços sem relação direta com a produtividade. Tais autores não sustentam que o intercâmbio desigual seria inexistente, mas afirmam que Marini confunde estas duas relações e comete equívocos, e com isso, foge de um tratamento dialético ancorando-se num procedimento que implica um erro de teoria econômica:

Ele põe de escanteio o que é básico: a dinâmica que deriva da luta de classes. Esta, por certo, desenvolve-se a partir de contradições sociais e econômicas básicas (que não são apontadas por Marini). Mas é o jogo político que faz mover numa ou noutra direção os parâmetros econômicos dentro dos quais se desenvolve a luta de classes. (Idem, p. 52)

Assim, aos olhos de Cardoso e Serra (1974, p.52), a dialética de Marini se caracteriza por um reducionismo economicista que repousaria numa impossibilidade da expansão capitalista da periferia, que aos olhos destes autores mostrava-se falsa. Tal teoria eliminaria aquilo que é o mais importante - a análise política - por basear-se num catastrofismo, que seria empreendido pela ocorrência de um mecanismo de compensação, dado por uma superexploração do trabalho, que deprimiria a demanda interna nos países da região criando um limite estrutural que na realidade seria inexistente.

Se fosse este o caso, a superexploração adotada por Marini, seria ao mesmo tempo consequência do intercâmbio desigual e fundamento do subimperialismo, que representaria o traço característico do capitalismo dependente. Estas conclusões seriam oriundas de uma inabilidade em entender o caráter contraditório de todo processo econômico-social, por aprisionar-se estaticamente em determinadas fases deste processo, como frisa Cardoso e Serra, na forma de supostas leis.

Marini chegaria a este ponto por basear-se na análise econômica marxista, segundo a qual, se não é possível reduzir o custo em valor-trabalho da mão-de-obra através da redução do valor de seu custo de reprodução (supondo o salário real constante) a taxa de mais-valia só aumentaria com uma extensão da jornada de trabalho, ou mediante uma redução dos salários (tanto em valor como em termos reais, pois, o valor unitário das mercadorias que o trabalhador consome não mudaria). Logo, para os autores, Marini se baseando nesta premissa

chegaria a conclusão que o trabalhador não consome (ou o faz muito mal) produtos industriais, por meio da redução dos salários, e assim, a indústria não poderia elevar o excedente por trabalhador sem utilizar-se dos mecanismos anteriores.

Isso também levaria o industrial a não se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho, já que com este aumento seria reduzido o valor unitário das mercadorias – que, para Marini, os trabalhadores não consomem -, por levar a uma diminuição da taxa de mais-valia. Neste esquema, a única saída para o capitalista acumular, como descrito pelos autores, estaria em aumentar “à força” a mais-valia por meio de uma superexploração do trabalhador, dada pelo aumento da jornada de trabalho ou pela redução do salário. Em suma, “inexistiria a possibilidade de produzir-se mais-valia relativa, restando apenas a mais-valia absoluta” (CARDOSO & SERRA, 1974, p.69):

Assim, Marini revelou desconhecer o papel que pode apresentar o progresso técnico na produção de mercadorias que integram o capital constante e daí na elevação da produtividade e da taxa de lucro, papel que historicamente foi vital para o desenvolvimento do capitalismo. Para este, a “desvalorização” ou “melhora” do capital constante pode ser tão importante quanto a desvalorização direta dos bens-salário. (Ibidem, p.70)

Por último, Cardoso e Serra ainda ressaltam que o autor em sua “ciranda de equívocos” sustentaria que ao se comprimir a capacidade de consumo dos trabalhadores, fechar-se-ia qualquer possibilidade de estímulo ao investimento no setor produtor de bens-salários, uma vez que impediria todo o setor industrial de aumentar sua taxa de mais-valia através da “desvalorização” das mercadorias consumidas pelos trabalhadores, ocasionando um círculo vicioso, em torno da superexploração. Isto provaria, segundo essa interpretação, a inconsistência lógica da teoria da dependência de Marini e debilitaria também toda a análise em torno do subimperialismo, que seria a pretensa “pedra de salvação” este quadro de estagnação, justificando a desventura da dialética da dependência, onde Marini confundiria a natureza contraditória do capitalismo com obstáculos que o impossibilitariam.

Em resumo, os autores ressaltam o uso incorreto do instrumental marxista por parte de Marini, o que tornaria sua teoria economicista e tacanha com a pretensão de ser uma análise dialética. Além disso, ao pintar um quadro de estagnação, acabaria propondo a idéia de subimperialismo - pautado na militarização dos países latino-americanos e a expansão de suas exportações -, o que passa a largo pelo papel das lutas de classe, ou seja, do jogo político no interior de cada país que conduz os parâmetros econômicos. Seria, uma análise econômica

que justificaria uma análise política pautada num voluntarismo, ao desfigurar o movimento do real e procurar manter uma idéia de revolução que se ancoraria em obstáculos intransponíveis de natureza econômica.

3.2.3.2 A réplica de Marini as desventuras de F. H. Cardoso e J. Serra

Marini escreveu o texto *As razões para o neodesenvolvimentismo* para responder a essas críticas a sua dialética da dependência lançadas por Cardoso e Serra. Para Marini (1978, p.166), o texto destes autores em seu conjunto era desalinhado e truculento, isto porque deformaria o seu raciocínio para poder criticá-lo: “manipula os dados que utiliza (ou não utiliza) e brilha pela falta de rigor, a torpeza e inclusive o descuido no manejo de fatos e conceitos”.⁵²

No texto, Marini refutará as críticas realizadas por Cardoso e Serra, buscando o esclarecimento passo a passo de cada “acusação” de equívoco teórico, explicitando os equívocos e distorções que estes autores fazem dos conceitos e da relação destes no interior do texto *Dialética da Dependência*. Por isso, os passos foram em direção ao resgate da importância e da legalidade teórica da situação de intercâmbio desigual, do conceito de superexploração do trabalho e do subimperialismo, demonstrando o uso correto dos conceitos e categorias marxistas na análise dialética da condição de dependência do capitalismo dependente latino-americano.

Em primeiro lugar, Marini busca esclarecer a confusão realizada por Cardoso e Serra, que o autor chamará de “críticos desaventurados”, sobre as questões do intercâmbio desigual e da superexploração do trabalho. Para Marini, o propósito dos “críticos” estava em demonstrar que o intercâmbio desigual não condizia com o que o autor tinha demonstrado e nem tão pouco conduziria os países dependentes a recorrerem ao uso da superexploração do trabalho. Antes de entrar na análise desta questão, novamente Marini (1978, p.172) frisa, como já tinha feito na *Dialética*, que a superexploração não tem como causa primária o

⁵² Para Marini, a explicação para o uso de tais procedimentos por Cardoso e Serra é entendida quando se tem em conta que o texto era dirigido a jovem geração brasileira, que conhecia pouco ou quase nada dos escritos dele. Como completa o autor: “[...] leva os autores não só a exporem meu pensamento, mas também se permitem a adaptá-lo livremente aos fins que se propõem. Seguramente teriam procedido de outra maneira si fosse direcionado a um público mais familiarizado com as teses em questão.” (MARINI, 1978, P.166)

intercâmbio desigual e sim advém do afã por lucro que desperta o modo de produção capitalista.

Como vimos, para provar o absurdo do raciocínio de Marini em relação ao intercâmbio desigual os “críticos” partem do papel atribuído por este a inserção latino-americana no mercado mundial, no sentido de que as exportações latino-americanas de alimentos ao reduzirem o valor do capital variável e aumentar simultaneamente a composição de valor do capital, agravaria a tendência à queda da taxa de lucro nos países avançados. Eles argumentam que não seria lógico supor, que porque diminui o capital variável, devido às exportações latino-americanas de alimentos, o capital constante teria que subir.

Para Marini (1978, p.173), tal suposição também não seria lógica pela causa apresentada, mas defende que o ponto de onde parte é rigorosamente o oposto: o de que as exportações latino-americanas de alimentos se realizaram em função da revolução industrial européia e se coadjuva a baixa do capital variável, portanto, não a determinando de maneira exclusiva. Além disso, tal relação seria necessária para que a elevação da produtividade, sobre a base do aumento do capital constante, não pressione para a queda da taxa de lucro nos países industriais europeus.

Deste modo, como aparece na *Dialética da dependência*, a inserção dinâmica da América Latina na divisão internacional do trabalho, seria imposta pelo desenvolvimento da grande indústria, permitindo aos países avançados concentrarem-se na produção de manufaturas e de matérias-primas industriais. Mas esta inserção no mercado internacional, supondo um aumento da produção latino-americana para a exportação, não se deu em condições de produtividade decrescente (ou estagnada), caracterização que Marini diz não se encontrar em seu texto.

Por outro lado, o autor sustenta que em condições de intercâmbio marcado por uma superioridade tecnológica dos países avançados, as economias dependentes tiveram que lançar mão de um mecanismo de compensação, como forma de aumentar a massa de valor e mais-valia realizada, e assim a sua taxa, para contrarrestar pelo menos parcialmente as perdas de mais-valia a que estão sujeitas (MARINI, 1978, p.173-4). Como visto anteriormente, este mecanismo seria a superexploração do trabalho, que explicaria o forte desenvolvimento da economia exportadora latino-americana, mesmo com uma situação de intercâmbio desigual. Então como sintetiza Marini:

É de supor que meus “críticos” não desejem que, diante da transferência de valor que este [intercâmbio desigual] implicava, as economias latino-americanas possam reagir mediante a elevação de seu nível tecnológico a um ritmo igual ao que faziam os países avançados. Ele não implica muito menos que sua produtividade se faça estagnada ou decrescida, sendo que foi sempre na retaguarda. Tão pouco há que derivar do dito o que não foi dito: a superexploração do trabalho é intensificada pelo intercâmbio desigual, mas não se deriva dele, sendo da febre de lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa. (MARINI, 1978, p.174)

E uma vez em marcha um processo econômico sobre a base da superexploração, este colocaria, segundo Marini, em movimento “um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de mitigar-se, é acentuada ao recorrer a economia dependente ao aumento da produtividade mediante o desenvolvimento tecnológico” (Ibidem, p.174). Mas tal questão acaba não sendo abordada pelos “críticos” de Marini, que se voltam novamente para a crítica da situação de intercâmbio desigual.

A partir deste ponto, o que chama a atenção de Marini sobre o intercâmbio desigual, será a curiosa advertência de Cardoso e Serra de que “[...] não contemplam o problema da transferência de valor através do comércio exterior”, pelo fato de que sem mobilidade da força de trabalho é difícil estabelecer o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, em escala internacional, que é crucial para a operação da lei do valor.

E aqui Marini desvenda a confusão em que incorre seus “críticos”: a mobilidade da força de trabalho não influencia em nada no conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, seja em escala nacional ou internacional, portanto, seguramente o que os “críticos” queriam dizer era que afetaria a sua medição. Assim, a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário não se determina pela circulação da força de trabalho, mas exclusivamente em função das forças produtivas, do grau de destreza, produtividade e intensidade média da força de trabalho na produção. (Ibidem, p.174-5)

Mas após esta breve digressão, o que os “críticos” acusam Marini é de confundir intercâmbio desigual e a tendência de deterioração dos termos de troca, no momento de sua análise do comércio exterior latino-americano, porque para estes “críticos”, o intercâmbio se dá com base nos preços e não na transferência de valor. Para elucidar o novo engano de seus críticos Marini afirma:

Em qualquer hipótese, *a comparação de valores se expressa numa relação de preços*, que, mais ou menos influídos pela circulação, seguem referidos ao valor. Se meus desafortunados “críticos” contaram com conhecimentos elementares sobre a relação valor-preço não necessitariam descobrir triunfalmente que “os dois intercâmbios não são bem iguais”, ou seja, o óbvio: que *o valor não é o mesmo que o preço*. Mas tão pouco se escandalizariam de que os índices de preços podem ser tomados como indicadores de valores, sobretudo para períodos longos (em que as variações da circulação tendem a neutralizar-se), e por fim, *ao analisar o intercâmbio desigual é lícito e necessário recorrer ao exame da evolução dos preços relativos ou, o que é o mesmo, aos termos de intercâmbio*. (MARINI, 1978, p.176 – grifo do autor)

Portanto, o engano sobre tal questão retorna aos “críticos”, pois, estes autores supõem que o movimento dos preços não implicam movimentos de valor, desta forma, numa situação onde o preço de mercado se mantém acima do valor, isto não implicaria uma transferência de valor por parte daquele que o adquire, dando em troca uma mercadoria cujo preço se manteve ao par com seu valor. Mas isso é um fato que ocorre no movimento real e, como sustenta Marini (1978, p.177), chega a um ponto onde não só os intercâmbios não são bem iguais, sendo que são “absolutamente diferentes”.

Em razão disso, Marini justifica o fenômeno do intercâmbio desigual, sendo este diferente da idéia da tendência de deterioração dos termos de troca, pois, estes dois fenômenos se relacionam, mas não significam a mesma coisa. Ao mesmo tempo, Marini reafirma a ocorrência da superexploração que se expressa no incremento da taxa de mais-valia sobre a base de uma massa maior de mais-valia, supondo um valor unitário constante. Logo, no seu entender, as críticas não procedem no plano teórico pelo fato dos “críticos” serem incapazes de estabelecer corretamente a relação entre valor e preço, e também confundirem taxa de lucro com taxa de mais-valia.

Essa confusão, por parte de Cardoso e Serra, também debilita a acusação que fazem sobre o raciocínio de Marini ao qualificarem como economicista. Para isso, chamam a atenção para uma inexistência do tratamento da luta de classe em sua teorização, pois seria o jogo político que manteria os “parâmetros econômicos” representando a dinâmica do desenvolvimento capitalista. Para desfazer este engano, Marini procura colocar as coisas em seus respectivos lugares.

Em primeiro lugar, diz que a luta de classes é o único terreno em que um marxista se move com firmeza, mas isto não significa que a luta de classes se explique por si mesma. Para um marxista a tarefa residiria sempre no plano de análise abstrata e concreta, para assim conhecer o que explica a luta de classes, e como nos diz Marini (1978, p.180), “isto remete,

necessariamente, ao exame das condições materiais em que ela se dá”. Essas condições são captadas por meio de conceitos e se regem por leis e tendências objetivas, que não representam “parâmetros econômicos” que o “jogo político faz mover-se em uma ou outra direção”.

A luta de classes é a síntese das condições em que os homens fazem sua existência, e se encontra, por isto mesmo, regida por leis que determinam seu desenvolvimento. É por isso que a relação entre teoria e prática constitui o eixo da dialética marxista. (MARINI, 1978, p.180)

Destarte, por mais elevado que seja o nível da abstração, a análise marxista sempre estará informada pela luta de classes e se remete necessariamente a ela. Portanto, nunca se detém numa descrição neutra deste fato, por mais alheio que pareça a ação dos homens, “[...] nem perderá de vista suas implicações pelas relações que sobre a base desse fato estes [os homens] estabelecem entre si” (MARINI, 1978, p.182). Aqui reside a diferença entre as análises marxistas e não marxistas, pois, estas últimas, na incapacidade de explicar uma realidade social dada, buscam recorrer ao “abra-te sésamo” da luta de classes, esvaziando assim todo o seu significado.

Os “críticos” não reconhecem que as questões que buscam explicar se regem por “leis econômicas objetivas” (MARINI, 1978, p.184), que a CEPAL não foi capaz de formular, e mesmo um enfoque sociologista, como o adotado pelos “críticos”, continua não permitindo saber por que a classe trabalhadora nos países capitalistas avançados logrou sua luta de classes com melhores resultados do que a das economias capitalistas dependentes.

Assim, para Marini, o entendimento de tal questão deve levar em conta “a pressão surda das condições econômicas”, e é neste caminho que ele reconhece no capitalismo dependente a operação das transferências de valor, via intercâmbio desigual, que contribui para que se lancem mão de um mecanismo de compensação, ou seja, dos métodos de superexploração do trabalho no âmbito de sua produção.

Neste ponto, Marini ressalta que a superexploração do trabalho não corresponderia à modalidade de mais-valia absoluta, como diz os “críticos”, em razão de o trabalhador, nesta forma de exploração, estar sendo remunerado por um valor abaixo do que condiz com o valor de sua força de trabalho. Portanto, o trabalhador é remunerado por um valor insuficiente para adquirir o necessário para a recomposição de sua força de trabalho, sendo que esse processo se torna mais efetivo devido à introdução de progresso técnico de origem estrangeira.

Ao mesmo tempo, o que diz Marini sobre o comportamento do setor produtor de bens-salários, é que na economia dependente tal setor não corresponde ao setor dinâmico da economia. Portanto, não se “[...] fecha qualquer possibilidade de inversão no setor de bens-salários”, como afirmaram Cardoso e Serra, já que Marini quer expressar um fato que restringe as inversões tecnológicas no dito setor, pois, a demanda destes produtos ao se mostrar restringido pela superexploração, não consegue sustentar uma introdução contínua do progresso técnico. E como sintetiza Marini:

[...] ao falar de estagnação ou regressão [no setor de bens-salários], não tenho em mente o montante absoluto da produção, e sim das taxas de crescimento; não descarto, pois – o que seria ridículo –, que os ramos que produzem para o consumo popular sigam crescendo, e muito menos suponho – como *Las desventuras...* diz que insinuo – que o capitalismo dependente se encontra “por um triz do colapso devido a progressiva elevação dos preços de bens-salários”. Minha tese central, sobre que insisto em todos meus textos, é outra: o capitalismo dependente, baseado na superexploração do trabalho, divorcia o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas, agravando assim uma tendência geral do modo de produção capitalista; ele se expressa, no plano da diversificação do aparato produtivo, no crescimento monstruoso da produção suntuária com respeito ao setor de produção de bens necessários, e por fim, na distorção equivalente que registra o setor de produção de bens de capital. (MARINI, 1978, p.188-9)

É também por esse comportamento que o capitalismo dependente, e, principalmente, uma economia com um adiantado setor produtivo, como no caso brasileiro, que levou Marini sustentar a ocorrência de um subimperialismo, por parte dessa economia na América Latina. Para Marini (1978, p.198), a questão está em conhecer como se estrutura a demanda interna e que relação esta mantém com a demanda externa, sendo ambas as esferas especiais da circulação global. Por um lado, ao estender o campo de circulação, as exportações asseguram as condições para o desenvolvimento da acumulação, e assim, na medida em que esta se realiza em uma economia dependente as exportações implicam a reprodução ampliada da dependência.

Isso ocorre porque a economia se faz cada vez mais dependente das importações de mercadorias, capitais e tecnologia, sendo que, em sentido inverso este fluxo de mercadorias, capitais e tecnologia geradas no exterior “[...] se viabiliza precisamente sobre a base do crescimento das exportações brasileiras, compatibilizando o desenvolvimento da economia subimperialista com as exigências da economia capitalista mundial” (Ibidem, p.198).

Nada neste raciocínio, impede que o aumento das exportações se dê pelo aumento da produção além do consumo interno, o que implica que a economia busque se expandir para fora, sobre o risco de bloquear o seu processo de acumulação. É neste sentido, que para Marini o mercado externo vira a tábua de salvação do projeto subimperialista da economia brasileira, principalmente, por seu controle sobre os mercados dos demais países latino-americanos sob sua influência.

Com esse trabalho de refutação às críticas de Cardoso e Serra, Marini procura explicitar a inverdade por trás da acusação de realizar uma teorização que se caracterizaria pelo reducionismo econômico. Para Marini, sua análise da economia latino-americana não faz senão aplicar a teoria marxista a uma realidade concreta, que se caracteriza pelo fato da “[...] raiz das condições mesmas de sua formação e desenvolvimento histórico, agravam até o limite as contradições inerentes a produção capitalista” (MARINI, 1978, p.227-8).

Assim, por trás desta discussão sobre o suposto economicismo da vertente marxista da dependência, estaria a ideia de um voluntarismo político que tal análise carregaria, isto devido ao quadro de estagnação e catastrofismo econômico que buscam afirmar tais “críticos”. Mas como vimos, na análise do capitalismo dependente, Marini apresenta o problema da contradição entre a produção e o consumo individual no âmbito do sistema capitalista de produção, onde não se presta em momento algum realizar uma apologia do sistema. Logo, no capitalismo dependente onde está contradição mostra a sua fase mais perversa, só deixa como conclusão, a partir do exposto, que o fenômeno da dependência se efetivaria pela superação do sistema capitalista.

Em suma, Marini e os demais partidários da teoria marxista da dependência, tentam mostrar que as debilidades e improcedências destas críticas estão baseadas na incompreensão e deformação de seus elementos essenciais. Ao mesmo tempo, que no período em questão, ao terem despendido seus esforços em colocar essa teoria no centro da discussão revela a importância do fenômeno e do caminho analítico que permite encontrá-lo.

Deste modo, como diz Bambirra (1974, p.42): a polêmica e as críticas são “instrumentos indispensáveis no processo de aprofundização de um pensamento vivo. Exatamente por isto é crucial que todo o debate gire em torno das teses efetivas e não de caricaturas”. E como visto em todo o período, os autores da teoria marxista da dependência, buscaram a elucidação de sua teoria e aprofundamento do debate em torno das questões relativas às leis específicas que se assentam o capitalismo dependente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o exame das leis específicas do capitalismo dependente e do papel condicionante do imperialismo contemporâneo elaborada, pela teoria marxista da dependência, temos as bases para o entendimento do fenômeno da dependência e as razões das “deformações” e especificidades do modo de produção capitalista na América Latina.

Como visto, o fenômeno da dependência seria, segundo esta interpretação, intrínseco ao processo de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, pois, integrada ao sistema capitalista internacional desde sua formação, a América Latina teria sua história confundida com este desenvolvimento. Tanto Marini como Santos evidenciaram os traços deste movimento complementar e contraditório, na relação entre as potências imperialistas e a periferia latino-americana, por meio de uma análise dialética do desenvolvimento capitalista.

Deste modo, a inserção latino-americana seria condicionada pelas funções ditadas pelo capitalismo central, como forma de impulsionar ou contrarrestar as contradições inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista. Ao mesmo tempo, a periferia se coadjuvando a este processo, engendrava no seu plano interno um processo de produção pautado na superexploração do trabalho.

Portanto, a categoria da superexploração do trabalho corresponderia à essência da dependência, logo, representando o caráter distintivo do capitalismo dependente - não que fosse exclusiva dele, mas lhe seria inerente. Isso imprimiria leis específicas ao desenvolvimento do capitalismo na região, pois, mesmo com a passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial, movimento distinto em cada país, que ao invés de restringir acabou por perpetuar este mecanismo.

Como evidencia Marini, a superexploração serviria para a geração de excedentes pelo incremento da produção de mais-valia, que no momento de sua apropriação, em parte internamente, garantiria o processo da acumulação capitalista da economia local mesmo que de forma bastante deficiente e, também externamente, dando “fôlego” aos países centrais do sistema capitalista, pelas diversas formas de transferência de valor. Esse processo colaboraria, assim, para contrariar uma das principais contradições da acumulação capitalista, ou seja, a tendência à queda da taxa de lucro.

À luz do exposto, o argumento é o de que, a teoria da dependência marxista, tem um papel importante no conjunto da teorização latino-americana, na busca de interpretar a sua

própria condição no contexto do capitalismo mundial. Portanto, constitui um arcabouço teórico de grande relevância para a história do pensamento econômico, não só por sua contribuição para o debate nos anos de 1960 e 1970, mas por fincar as bases para o entendimento contemporâneo das regiões periféricas, principalmente, no caso da América Latina.

Neste sentido, esta dissertação além de resgatar uma importante construção teórica, das décadas de 1960 e 1970, tenta explicitar a sua atualidade em princípio do século XXI, pois, pelo caráter contraditório do sistema capitalista, em todo o seu desenvolvimento ao longo do tempo carrega as contradições que lhe são inerentes e, ao mesmo tempo, cria contradições novas. A relação entre as potências hegemônicas e os países dependentes, ainda evidenciam um desenvolvimento desigual e combinado entre as diferentes partes do mundo, o que torna a perspectiva adotada pela vertente marxista da dependência útil para se analisar as contradições atuais.

A lógica do sistema capitalista, onde os benefícios não são compartilhados com a maioria da população, representa um reforço às barreiras para o próprio desenvolvimento da periferia, devido à restrição dos seus mercados internos, a perpetuação das desvantagens nas transações comerciais e à necessidade de “ajuda” econômica dos países dominantes gerando cada vez mais dependência e mais superexploração no interior das regiões dependentes.

Com isso, neste contexto histórico tornam-se ainda mais presentes os dilemas da dependência e, desde logo, mais premente a necessidade de retomar esta reflexão, porque, como diz Marini (2005, p.194), “as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político”.

Marini, a partir dos anos de 1980, passa a investigar a etapa histórica da globalização constatando uma profunda degradação das relações entre o capital e o trabalho associada a um padrão de desenvolvimento que combina crescimento e desemprego, pois está assentado na elevação da produtividade do trabalho e num conjunto de mudanças nas formas de organização do trabalho, dentre elas, as estratégias de terceirização de pessoal, de flexibilização laboral e maior diferenciação do trabalho. (MARINI, 2000, p.279)

As situações de precarização das condições do trabalho e de enfraquecimento do poder de enfrentamento dos trabalhadores se aprofundam com o processo de difusão da indústria manufatureira em escala global. Esta estabelece as tendências de uma transformação radical no caráter da divisão internacional do trabalho, promovendo uma redefinição das relações capital-trabalho no conjunto do sistema, por configurar um espaço global de produção e de

contratação de força de trabalho abstrata. Isso também se reflete nas relações entre economias dependentes e o sistema capitalista mundial, configurando o restabelecimento de antigas formas de dependência.

Com este novo arranjo, a teoria crítica no debate contemporâneo, principalmente a que segue a teoria marxista, buscou refinar seus argumentos, reavaliar suas proposições e atualizar algumas de suas hipóteses. Este movimento, se contrapõe à “onda neoliberal”⁵³, doutrina que se tornou dominante no cenário econômico mundial, e que foi aplicada na América Latina com a justificativa de trazer o crescimento econômico e o fim da pobreza. Mas para os autores marxistas potencializava o caráter dependente, excludente e concentrador do capitalismo periférico.

Isso ficava evidente, com a possibilidade de movimentação do capital pela desregulamentação e liberalização financeira, nas últimas três décadas do século XX, onde o capital tornou-se livre para atuar em qualquer país e em qualquer mercado, na busca de maiores lucros e fazendo com que os trabalhadores ficassem, pela primeira vez, em verdadeira concorrência mundial. No caso das economias periféricas, a necessidade de manter elevadas suas taxas de juros, como forma de atração de fluxos de capitais externos, acabaria por deprimir ainda mais o crescimento e o emprego nestas regiões.

Com as constantes crises financeiras⁵⁴ ao longo dos anos de 1990 e 2000 ocorreu o aumento da descrença sobre a eficácia das políticas neoliberais no tocante a um desenvolvimento sustentável na periferia capitalista. O que deu um novo fôlego à teoria marxista da dependência. A ampliação do capital financeiro⁵⁵ nas bases da produção capitalista, atuando em vários setores da economia sobre a ordenação de “novos agentes econômicos”⁵⁶, fez ressurgir as análises pautadas na relação dialética entre dependência e imperialismo.

Neste contexto, têm se firmado uma nova fase do capitalismo, que na perspectiva das regiões periféricas, representaria uma nova forma histórica da dependência – a quarta fase

⁵³ Denomina-se “onda neoliberal” ou neoliberalismo, às políticas em forma de consenso impostas as economias periféricas por organismos e agências internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.), em meados dos anos 70, e por toda a década de 80 e 90. Dentre elas estão ajustes estruturais que consistem em: privatizações de empresas estatais, taxas de juros elevadas, políticas fiscais restritivas e diminuição das políticas sociais.

⁵⁴ Nos anos 90, ocorreram crises em vários países sendo as mais profundas: a crise econômica do México (1994), a crise financeira asiática (1997-98), crise financeira na Rússia (1998), no Brasil (1998-99). Nos anos 2000, a crise econômica na Argentina (2001-2002).

⁵⁵ Para a descrição da nova hegemonia do capital financeiro (ou capital fictício nos termos de Marx), ver CARCANHOLO R. & NAKATANI (1999) e CHESNAIS (2005).

⁵⁶ Estes novos agentes econômicos são correntemente chamados de investidores institucionais, dentre eles, os fundos de pensão, fundos mútuos, sociedades de seguros e bancos de investimento. Esta caracterização é apresentada por François Chesnais. Ver em CHESNAIS (2005).

histórica –, caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes. Representa uma “nova fase da dependência”, por um lado, porque aprofunda as condições estruturais da dependência e, por outro, assume uma maior face na valorização do capital fictício, que é um tipo de capital que se desdobra tendo como base o capital portador de juros financiador do investimento produtivo.

A caracterização desta “nova fase da dependência”, na primeira década do século XXI, é feita por autores marxistas dentre eles: Marcelo Carcanholo (2004a, 2004b, 2004c), Marisa Silva Amaral (2006, 2007), Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani (1999), que descrevem a vulnerabilidade externa dos países periféricos frente aos países centrais. Ou seja, sendo esta a característica ou condição estruturante desta fase da dependência, identificam a condição dependente de um país a partir de seus níveis de vulnerabilidade externa.

Estes autores defendem que um quadro de forte saída estrutural de recursos⁵⁷ levaria a graves problemas de estrangulamento externo e restrições ao crescimento das economias latino-americanas. Deste modo, as economias periféricas com o intuito de garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital teriam como saída aprofundar o processo de aumento da produção de excedente pela elevação da taxa de mais-valia, com uma superexploração da força de trabalho e uma crescente precarização do trabalho. Isso se traduziria num aumento das disparidades entre as economias centrais e periféricas e entre as classes sociais no interior de cada país, num processo mais profundo do que no período de elaboração dos estudos marxistas da dependência.

Sendo assim, as concessões aos trabalhadores feitas no transcorrer do período de “compromisso keynesiano”, não fazem parte desta nova etapa capitalista. Esta, ao contrário, se sustenta na base de uma exploração ainda maior do trabalhador, devido à massa enorme de capital fictício que exige “sua” remuneração. Este arranjo acaba propiciando na América Latina (mas também nas demais regiões periféricas) uma grande incerteza quanto a seu futuro, e ao conjunto dos trabalhadores, sendo remediadas por políticas compensatórias dirigidas aos setores desorganizados e mais excluídos – que são medidas paliativas por não combaterem as reais causas deste impasse.

⁵⁷ O processo de crescente endividamento e de intensa transferência de recursos ao exterior tem como parte significativa o pagamento na forma de juros e amortizações da dívida, a forma de pagamento de dividendo por parte das empresas transnacionais instaladas na periferia e o pagamento de royalties por conta da dependência tecnológica atrelada aos países do centro.

Outra constatação que podemos fazer, diz respeito à percepção de que a condição de dependência é intransponível utilizando-se simplesmente do manejo da política econômica. Uma vez que estas economias continuam importando tecnologias e conhecimentos dos países centrais, conforme aponta Amaral (2007) eles “[...] acabam por ingressar na dinâmica do círculo vicioso através da qual o endividamento externo, a fragilidade financeira e a vulnerabilidade externa se tornam mais agudos”. No plano social, esta situação se traduz nas recorrentes mazelas sociais, reveladas pelo aumento da marginalidade, do desemprego, da concentração de renda, oriundas do “caminho” imposto ao capitalismo dependente da América Latina.

Estes autores marxistas contemporâneos procuram explicar o atual estágio de subordinação e dominação das economias latino-americanas ao capital internacional, utilizando-se do método dialético, para descrição do fenômeno da dependência e do imperialismo como o realizado por Marini, Santos e Bamberger - precursores desta forma de análise – e, ao situarem as teorias marxistas da dependência no marco do período de ajustes das políticas neoliberais, reafirmam as principais conclusões que há décadas atrás já tinham sido explicitadas: que a acumulação capitalista no capitalismo dependente ancora-se na superexploração do trabalho, a vigência de um intercâmbio desigual entre os países centrais e dependentes, o aumento da concentração de renda no interior das nações e o desmantelamento das políticas sociais em favor da supremacia do capital.

Vale ressaltar, que a superexploração do trabalho não se aprofunda apenas na América Latina, mas estende-se aos próprios países centrais do sistema mundial. Essa extensão da superexploração aos países centrais unificaria os regimes de reprodução da força de trabalho e as lutas mundiais da classe trabalhadora. Desta perspectiva, a superexploração do trabalho poderia ser vista como um novo desenvolvimento conceitual no campo da sociologia do trabalho.

Em suma, o pensamento crítico deve se transformar em prática política, como o realizaram os teóricos marxistas da dependência, na busca de transformações sociais que levem a um novo projeto de sociedade, como forma de superação do sistema capitalista vigente, sendo isso possível ao congregarem em um sistema não-excludente e libertário as aspirações da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Revisão e tradução de Ivone Castilho Benedetti. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AMARAL, M. S. **A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência**. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

_____. Neoliberalismo na América Latina e a Nova Fase da Dependência. In: **V Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, 2007. Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2007.

_____.; DUARTE, P. H. E. Neoliberalismo e Dialética do Capital Fictício: a constituição de um novo padrão de dependência. In: **XIII Encontro Nacional de Economia Política**, 2008, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008.

BAMBIRRA, V. Teoria de la dependencia: una anticritica. Era, México, 1977. Disponível em: <http://www.amauta.lahaine.org>. Acesso em 12 mar. 2010.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2 volumes, 2000.

BUKHARIN, Nikolai Ivanivitch. [1915] **A Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CAPUTO, Orlando & PIZARRO, Roberto. **Dependencia y Relaciones Internacionales**. Costa Rica: EDUCA, Universidad Nacional Autónoma de Costa Rica, 1974.

CARCANHOLO, M. D. Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico. In: **Seminário Internacional REGGEN: Alternativas a Globalização**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp06.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

_____. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: **Anais do IV Colóquio Latinoamericano de Economistas Políticos**, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo, 2004a.

_____. Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C. L. (Org.). **Desenvolvimento Desigual**, Uberlândia, Edufu, 2004b.

_____. Abertura e Vulnerabilidade Externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica. In: XAVIER, C. L. (Org.). **Desenvolvimento Desigual**, Uberlândia, Edufu, 2004c.

CARCANHOLO, R. e NAKATANI, P. (1999). **O Capital Especulativo Parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**, 1999. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/carcanholo>. Acesso em 05 dez. 2009.

CARDEAL, André Morato Dias. **Imperialismo, dependência e globalização: a contemporaneidade Capitalista**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. 2007. 220 f.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**, 6ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. & SERRA, J. (1978) As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**, nº 23, São Paulo, 1980.

CHESNAIS, François - A superioridade da finança no interior do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo da mundialização do capital. In: **A finança capitalista**. Paris, PUF, 2006.

CUEVA, Agustín, "Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia", **Historia y Sociedad**, México, nº 3, 1974.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**; tradução de Galeno de Freitas, 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GANDÁSEGUI, M. A. Vigência e debate em torno da teoria da dependência. In: SADER, E.; DOS SANTOS, T. (Coord.); MARTINS, C.E.; VALENCIA, A.S. (Orgs.). **América Latina e os desafios da globalização: Ensaio dedicados a Rui Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, (1916) **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**; tradução Leila Prado. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2005.

LUXEMBURG, Rosa. (1913) **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo**. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

_____. “A acumulação do Capital ou O que os Epígonos Fizeram da Teoria Marxista – Uma Anticrítica”. In: LUXEMBURG, Rosa. [1913] **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo**. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARINI, R.M. (1973) Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (Org.). **Rui Mauro Marini: vida e obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.137-194.

_____. Sobre a dialética da dependência, 1973b. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (Org.). **Rui Mauro Marini: vida e obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital, **Cuadernos Políticos n.20**, Ediciones Era, México, abril-junio de 1979. Disponível em: www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/...20/CP20.4.RuyMauro.pdf. Acesso em 03/04/2010.

_____. (1968) **Subdesarrollo y revolución**. 12. ed. Cidade do México: Siglo XXI, 1985.

_____. (1978) As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a F. H. Cardoso e J. Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, número especial, México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales - Unam, 1978, pp. 165-233.

_____. Processo e tendências da globalização capitalista. In: Sader, Emir (org.) – **Dialética da Dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTINS, C. E. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: SADER, E.; DOS SANTOS, T. (Coord.); MARTINS, C.E.; VALENCIA, A.S. (Org.). **América Latina e os desafios da globalização**: Ensaios dedicados a Rui Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009, p.189-216.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. - 27ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 v., 2010.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SADER, E.; DOS SANTOS, T. (Coord.); MARTINS, C.E.; VALENCIA, A.S. (Orgs.). **América Latina e os desafios da globalização**: Ensaios dedicados a Rui Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

PREBISCH, R. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000.1 v., p.69-136.

SANTOS, Theotônio dos. **The structure of dependence**. In: American Economic Review, New York, maio, 1970, pp. 231-236.

_____. **Imperialismo e corporações multinacionais**; tradução de Heloisa Archêro de Araújo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. **Imperialismo y dependencia**. Ciudad del Mexico: Ediciones Era, 1978.

_____. **A Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TAVARES, M. C. (1964) Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000.1 v., p.217-237.